

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	23
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	30
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	31
2.5 Medições não contábeis	33
2.6 Eventos subsequentes as DFs	37
2.7 Destinação de resultados	38
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	41
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	42
2.10 Planos de negócios	43
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	46
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	47
5.2 Descrição dos controles internos	52
5.3 Programa de integridade	54
5.4 Alterações significativas	59
5.5 Outras informações relevantes	60

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. Comentários dos Diretores sobre a Situação Financeira da Companhia

2.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

As informações financeiras comentadas neste item, exceto quando de outra forma indicado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* ou "IFRS"). As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As informações constantes neste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia enviadas à Comissão de Valores Mobiliários, inclusive as Notas Explicativas a elas relativas. A análise da Administração acerca dos resultados obtidos e as razões para a flutuação de valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião em relação aos efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. Dessa forma, as avaliações, opiniões e comentários dos Diretores da Companhia traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades da Companhia, negócios e desempenho, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar a evolução dos resultados, patrimonial e fluxo de caixa ao longo dos exercícios/períodos. A Administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se repetir no futuro.

Os termos "AH" e "AV" nas colunas de determinadas tabelas neste item significam "Análise Horizontal" e "Análise Vertical", respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens das demonstrações contábeis ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item em relação às receitas líquidas para os períodos aplicáveis aos resultados das operações, ou em relação do ativo total e/ou passivo e patrimônio líquido nos exercícios e períodos aplicáveis para a demonstração do balanço patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia estão disponíveis no site da Companhia (<http://ri.prio3.com.br>) e no site da CVM (www.gov.br/cvm).

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

Com o objetivo de assegurar o pagamento das novas aquisições de ativos,, bem como financiar o *tieback* entre os Campos de Polvo e Tubarão Martelo, o Plano de Revitalização de Frade e o desenvolvimento de Wahoo, a Companhia contratou novos financiamentos, otimizando desta forma a sua estrutura de capital.

Abaixo estão demonstrados os índices de liquidez geral e endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Ano	ÍNDICE DE ESTRUTURA PATRIMONIAL		ÍNDICES DE SOLVÊNCIA	
	Capital de Terceiros / Capital Próprio ¹	Endividamento Geral ²	Liquidez Geral ³	Liquidez Corrente ⁴
31/12/2022	1,05	0,51	1,01	7,50
31/12/2021	0,85	0,46	1,08	5,53
31/12/2020	1,16	0,54	0,49	0,82

¹ (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / Patrimônio Líquido

² (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) / Ativo Total

³ (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante)

⁴ Ativo Circulante / Passivo Circulante

Considerando os valores calculados para os índices apresentados acima, a Administração considera que a Companhia se encontra com liquidez satisfatória e saúde financeira suficiente para atender as obrigações com terceiros e capital de giro.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O capital circulante líquido, apurado em 31 de dezembro de 2022 através da diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante, totalizava um ativo circulante líquido de R\$ 9.132.920 mil, representando condições suficientes para o cumprimento das obrigações de curto prazo. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o capital circulante líquido totalizava um ativo circulante líquido de R\$ 4.941.288 mil e R\$ 379.122 mil, respectivamente, representando, desta forma, condições adequadas para o cumprimento das obrigações de curto prazo.

(b) Estrutura de capital

A estrutura de capital da Companhia está apresentada abaixo:

	31/12/2022		31/12/2021		31/12/2020	
Capital Próprio	9.892.017	48,72%	6.620.249	54,17%	3.151.263	46,39%
Capital de Terceiros	10.410.503	51,28%	5.601.167	45,83%	3.641.570	53,61%
Total do passivo e Patrimônio líquido	20.302.520	100,00 %	12.221.416	100,00 %	6.792.833	100,00%

*Valores em R\$ mil

Os diretores da Companhia entendem que sua atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação do seu passivo total e seu patrimônio líquido, apresenta níveis adequados de alavancagem.

Em 31 de dezembro de 2022, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 9.892.017 mil, comparado a R\$ 6.620.249 mil em 31 de dezembro de 2021. O aumento de 49% do patrimônio líquido deve-se principalmente ao resultado do exercício de 2022 que foi de R\$ 3.427.072 mil.

Em 31 de dezembro de 2021, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 6.620.249 mil, comparado a R\$ 3.151.263 mil em 31 de dezembro de 2020. O aumento de 110% do patrimônio líquido deve-se principalmente à oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia, com fixação do preço por ação no valor de R\$ 69,00, perfazendo o montante total de R\$ 2.049.000 mil e o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 29.700.000 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, o patrimônio líquido da Companhia era de R\$ 3.151.263 mil, comparado a R\$ 2.165.101 mil em 31 de dezembro de 2019. O aumento do patrimônio líquido de 46% em 31 de dezembro de 2020 quando comparado com 31 de dezembro de 2019 refere-se principalmente ao ajuste de conversão de investimento no exterior.

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital da Companhia era composta por 48,72% de capital próprio (patrimônio líquido) e 51,28% de capital de terceiros (passivo total), enquanto que em 31 de dezembro de 2021, a estrutura de capital da Companhia era composta por 54,17% de capital próprio (patrimônio líquido) e 45,83% de capital de terceiros (passivo total), e em 31 de dezembro de 2020 era composta por 46,4% de capital próprio (patrimônio líquido) e 53,6% de capital de terceiros (passivo total).

A Companhia vem monitorando consistentemente sua liquidez e seu grau de alavancagem. Após a emissão de Notas Representativas da Dívida ("*bonds*") no valor de US\$ 600 milhões em junho de 2021, a Companhia realizou, ao longo do último trimestre de 2021 a quitação integral de todas as outras dívidas, que possuíam um prazo mais curto. Ao longo do ano de 2022, a Companhia emitiu de forma oportunística diversas dívidas com bancos de relacionamento, além das debêntures no mercado de capital local.

Citibank

Em março de 2022, a Petro Rio Jaguar Petróleo S.A. ("PRIO Jaguar") contratou um Pré-Pagamento de Exportação ("PPE") junto ao Banco Citibank no valor de US\$ 100 milhões, com

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

amortização total no vencimento, taxa de 4,71% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Este contrato possui cláusula de *covenants* financeiros atrelados ao índice de alavancagem. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (EBITDA menos a linha de outras receitas e despesas). O limite máximo do índice é 2,5x, entretanto, eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas. A medição desse índice é realizada trimestralmente, e em 30 de setembro de 2022 o indicador calculado ficou abaixo do limite estabelecido, atendendo à cláusula do contrato.

China Construction Bank (CCB)

Em março de 2022, a PRIO Jaguar contratou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ("ACC") junto ao China Construction Bank ("CCB") no valor de US\$ 28 milhões, com amortização e juros totais no vencimento, taxa de 4,30% a.a. e vencimento em 24 meses.

Banco BTG

Em fevereiro de 2022, a PRIO contratou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio com o BTG no valor de US\$ 70 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de 4,15% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 18 meses.

Este contrato possui cláusula de *covenants* financeiros atrelados ao índice de alavancagem. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (EBITDA menos a linha de outras receitas e despesas). O limite máximo do índice é 2,5x. Entretanto, eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas. A medição desse índice é realizada trimestralmente, e em 30 de setembro de 2022 o indicador calculado ficou abaixo do limite estabelecido, atendendo à cláusula do contrato.

Banco ABC

Em abril de 2022, a PRIO Jaguar contratou dois Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio junto ao Banco ABC Brasil ("ABC") no valor total de US\$ 30 milhões, com amortização e juros totais no vencimento, taxa de 4,48% a.a. e vencimento em 22 e 23 meses.

Banco Itaú

Em abril de 2022, a PRIO Jaguar contratou PPE junto ao Banco Itaú no valor de US\$ 100 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de 4,65% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 24 meses.

Banco Safra

Em abril de 2022, a PRIO Jaguar contratou um PPE junto ao Banco Safra no valor de US\$ 35 milhões, com amortização e juros totais no vencimento, taxa de 4,4% a.a. e vencimento final em 24 meses.

Banco Santander

Em abril de 2022, a PRIO Jaguar contratou um PPE junto ao Banco Santander no valor de US\$ 100 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de 4,9% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Bank of China

Em julho de 2022, a PRIO contratou um ACC com o Banco da China (Brasil) no valor de US\$ 15 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de 4,95% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 30 meses.

Bond emitido em junho de 2021:

Em 9 de junho de 2021, a Companhia emitiu dívida no mercado de capitais internacional no valor de US\$ 600 milhões ao custo de 6,125% a.a. e prazo final de 5 anos, com opção de recompra a partir do terceiro ano. A amortização do principal será realizada no vencimento, em 9 de junho de 2026, enquanto a amortização dos juros é semestral, sendo a primeira amortização em dezembro de 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Este contrato possui cláusula de *covenants* financeiros atrelados ao índice de alavancagem. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (EBITDA menos a linha de outras receitas e despesas). O limite máximo do índice é 2,5x, entretanto, eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas e não em vencimento antecipado.

Bond emitido em junho de 2021:

Em 9 de junho de 2021, a Companhia emitiu dívida no mercado de capitais internacional no valor de US\$ 600 milhões ao custo de 6,125% a.a. e prazo final de 5 anos, com opção de recompra a partir do 3º ano. A amortização do principal será realizada no vencimento, em 9 de junho de 2026, enquanto a amortização dos juros é semestral, sendo a primeira amortização em dezembro de 2021.

Este contrato possui cláusula de *covenants* financeiros atrelados ao índice de alavancagem. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (EBITDA menos a linha de outras receitas e despesas). O limite máximo do índice é 2,5x, entretanto, eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas e não em vencimento antecipado.

Debêntures emitidas em agosto de 2022:

Em 24 de agosto de 2022 ocorreu a liquidação da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie quirografária, com garantia fidejussória adicional da PRIO Jaguar, no valor total de R\$ 2 bilhões na data de sua emissão, a qual foi objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, realizada nos termos da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada,, tendo sido 1.500.000 Debêntures emitidas na Primeira Série, com vencimento em 15 de agosto de 2032; e 500.000 Debêntures emitidas na Segunda Série, com vencimento em 15 de agosto de 2027.

As Debêntures da Primeira Série têm juros de IPCA+ 7,41% ao ano, e as Debêntures da Segunda Série têm juros de 100% da Taxa DI, acrescido de spread de 2,05% ao ano. As duas séries têm vencimento semestral para os juros, sendo as datas para pagamento em 15 de fevereiro e 15 de agosto.

Na mesma data, a PRIO Jaguar contratou instrumentos derivativos (contratos de *swap*) destinados a cobrir os riscos de exposições cambiais das debêntures, emitidas no Brasil, em reais, e a volatilidade dos indexadores das debêntures, IPCA e CDI.

Estes contratos de *swap*, que foram contratados com os prazos e taxas de juros idênticos às debêntures de primeira e segunda séries, trocam, de forma prática, os valores em reais e as taxas de juros de IPCA+7,41% a.a. e CDI+2,05% a.a., respectivamente, em uma dívida em Dólar com taxa pré-fixada de 6,79% a.a.

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem cumprido todas as obrigações referentes a compromissos financeiros e, até 31 de dezembro de 2022, como esperado, manteve a assiduidade dos pagamentos dos referidos compromissos.

Considerando a posição de liquidez, apresentada no subitem (a) acima, a Administração acredita que a Companhia possui recursos financeiros suficientes para cobrir os investimentos, despesas, obrigações e outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não seja possível garantir que tal situação se manterá.

Em 31 de dezembro de 2022, a classificação de risco (*rating*) atribuída à Companhia pela S&P Ratings era brAA e em 27 de janeiro de 2023, a Companhia teve seu rating elevado para brAA+, o que reforça a opinião da Administração indicada acima.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

No exercício social corrente e nos últimos três exercícios sociais, a Companhia tem utilizado recursos de seus acionistas por meio de aumentos de capital com emissão de ações, emissão de dívidas no mercado de capitais local e internacional, e geração de caixa próprio.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as operações da Companhia proporcionaram uma geração de caixa líquido de R\$ 4.927.159 mil, R\$ 2.183.736 mil e R\$ 1.617 milhões, respectivamente, enquanto suas atividades de investimento apresentaram aplicação de caixa líquido de R\$ 175.963 mil, R\$ 4.743.320 mil e 585.142 mil, respectivamente, e suas atividades de financiamento foram responsáveis por geração de caixa líquido no montante de R\$ 4.009.917 mil, geração de caixa líquido no montante de R\$ 2.627.429 mil e aplicação de caixa líquido no montante de R\$ 713.295 mil, nos mesmos períodos.

Para maiores informações sobre o financiamento da Companhia mediante empréstimos junto a instituições financeiras, vide item 2.1.f.(i) abaixo.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia pretende continuar utilizando o mercado de capitais e financiamentos bilaterais diretamente com bancos com o objetivo de cobrir eventuais deficiências de liquidez.

Além disso, em junho de 2021 e em agosto de 2022 a Companhia realizou, por meio de sociedades de seu grupo econômico, suas primeiras emissões de dívida nos mercados de capitais internacional e local, respectivamente, havendo a possibilidade de realização de novas emissões pela Companhia no futuro.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; (iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo dos empréstimos e financiamentos, incluindo as debêntures e os *swaps* de conversão emitidos em 2022, da Companhia era de aproximadamente R\$ 7.721 milhões (para fins de comparação, esses saldos eram de aproximadamente R\$ 3.308 milhões e R\$ 1.909 milhões em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente).

A dívida líquida é calculada pela soma dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante, deduzidos dos valores registrados como caixa, e totalizou aproximadamente R\$ 1.892 milhões em 31 de dezembro de 2022 (dívida líquida de aproximadamente R\$ 1.343 milhões e R\$ 1.028 milhões em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respectivamente).

As principais características da dívida da Companhia, com base em suas demonstrações financeiras consolidadas, estão indicadas na tabela abaixo:

Natureza	Moeda contratual	Taxa de Juros (x% a.a.) ¹	Ano de Vencimento	Em 31 de dezembro de		
				2022	2021	2020
Itaú	(US\$)	4,65% a.a.	2024	527.765	0	0
Santander	(US\$)	4,90% a.a.	2025	527.875	0	65.126
Citibank	(US\$)	4,71% a.a.	2025	529.555	0	41.808

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

BTG	(US\$)	4,15% a.a.	2023	371.474	0	0
Safra	(US\$)	4,40% a.a.	2024	188.625	0	0
Banco ABC	(US\$)	4,48% a.a.	2024	161.321	0	0
CCB	(US\$)	4,30% a.a.	2024	151.000	0	54.324
Bank of China	(US\$)	4,95% a.a.	2025	80.180	0	0
Trafigura	(US\$)	n/a	n/a	0	0	182.203
Banco do Brasil	(US\$)	n/a	n/a	0	0	44.017
Debêntures	(R\$)	IPCA+7,41% a.a. ou CDI+2,05% a.a.	2032 e 2027	1.990.722	0	0
Bonds	(US\$)	6,125% a.a.	2026	3.103.571	3.307.921	0
Outros	(US\$)	n/a	n/a	0	0	1.522.241
Total				7.632.088	3.307.921	1.909.719

* Valores em milhares de reais

A tabela a seguir evidencia o perfil de amortização dos empréstimos e financiamentos da Companhia em 31 de dezembro de 2022:

Vencimento		(R\$ Mil)
2023	2024 em diante	Total
433.772	7.198.316	7.632.088

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía os seguintes contratos de empréstimo e financiamento relevantes:

Bonds emitidos em junho de 2021:

Os *bonds* emitidos no mercado de capitais estrangeiro em junho de 2021 são remunerados a uma taxa de 6,125% a.a. e são denominados em Dólares dos EUA. Esse contrato é garantido pelo FPSO Frade, pelo FPSO Bravo e pelas ações das companhias operacionais do grupo da Companhia, além de garantia corporativa das referidas sociedades.

Debêntures emitidas em agosto de 2022:

Em 15 de agosto de 2022, a Companhia emitiu por meio de sua controlada, Petro Rio Jaguar Petróleo S.A., 2.000.000 de debêntures simples, não conversíveis em ações, em 2 séries, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da então vigente Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada, no valor total de R\$ 2.000.000,00 (dois bilhões de reais), destinados ao redesenvolvimento do Campo de Frade, bem como para o reforço do capital de giro da Companhia e para outros propósitos corporativos gerais. As debêntures da primeira série são remuneradas a uma taxa de IPCA + 7,41% a.a. e as debêntures da segunda série são remuneradas a uma taxa de CDI + 2,05% a.a.

Citibank

Em março de 2022, a PRIO Jaguar contratou um PPE junto ao Banco Citibank no valor de US\$ 100 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de 4,71% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Este contrato possui cláusula de *covenants* financeiros atrelados ao índice de alavancagem. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (EBITDA menos a linha de outras receitas e despesas). O limite máximo do índice é 2,5x, entretanto, eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de novas dívidas. A medição desse índice é realizada trimestralmente, e em 30 de setembro de 2022 o indicador calculado ficou abaixo do limite estabelecido, atendendo à cláusula do contrato.

China Construction Bank

Em março de 2022, a PRIO Jaguar contratou um Adiantamento sobre Contrato de Câmbio junto ao China Construction Bank no valor de US\$ 28 milhões, com amortização e juros totais no vencimento, taxa de 4,30% a.a. e vencimento em 24 meses.

Banco BTG

Em fevereiro de 2022, a PRIO contratou um ACC com o BTG no valor de US\$ 70 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de 4,15% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 18 meses.

Este contrato possui cláusula de *covenants* financeiros atrelados ao índice de alavancagem. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (EBITDA menos a linha de outras receitas e despesas). O limite máximo do índice é 2,5x, entretanto, eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas. A medição desse índice é realizada trimestralmente e, em 30 de setembro de 2022, o indicador calculado ficou abaixo do limite estabelecido, atendendo à cláusula do contrato.

Banco ABC

Em abril de 2022, a PRIO Jaguar contratou dois Adiantamentos sobre Contrato de Câmbio junto ao Banco ABC Brasil no valor total de US\$ 30 milhões, com amortização e juros totais no vencimento, taxa de 4,48% a.a. e vencimento em 22 e 23 meses, respectivamente.

Banco Itaú

Em abril de 2022, a PRIO Jaguar contratou um PPE junto ao Banco Itaú no valor de US\$ 100 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de 4,65% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 24 meses.

Banco Safra

Em abril de 2022, a PRIO Jaguar contratou um PPE junto ao Banco Safra no valor de US\$ 35 milhões, com amortização e juros totais no vencimento, taxa de 4,4% a.a. e vencimento final em 24 meses.

Banco Santander

Em abril de 2022, a PRIO Jaguar contratou PPE junto ao Banco Santander no valor de US\$ 100 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de 4,9% a.a. com pagamentos trimestrais de juros e vencimento final em 36 meses.

Bank of China

Em julho de 2022, a PRIO contratou um ACC com o Banco da China (Brasil) no valor de US\$ 15 milhões, com amortização total no vencimento, taxa de 4,95% a.a. com pagamentos semestrais de juros e vencimento final em 30 meses.

(ii) outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía quaisquer outras relações de longo prazo com instituições financeiras além daquelas citadas neste Formulário de Referência e em suas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas da Companhia

Os bonds emitidos em 9 de junho de 2021, com vencimento em 9 de junho de 2026, contam com as seguintes garantias: (i) garantia fidejussória da Companhia, da PRIO Internacional Ltda., da Petro Rio do Brasil Exploração Petrolífera S.A., da Petro Rio Jaguar Petróleo S.A. (atual PRIO Jaguar Petróleo S.A.), da PRIO Bravo Ltda., da Petro Rio OPCO Exploração Petrolífera S.A., da

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Petrório Luxembourg Holding S.à r.l e da Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda.; (ii) ações e/ou quotas de emissão das garantidoras, exceto pelas ações de emissão da Companhia, na forma de alienação fiduciária de ações e/ou quotas; e (iii) hipotecas dos FPSO Bravo e FPSO Frade.

A debêntures emitidas em 15 de agosto de 2022 são da espécie quirografária, e contam com garantia fidejussória da Companhia, da Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. ("Petro Rio O&G") e da PRIO Bravo Ltda.

As operações garantidas por alienação fiduciária de bens e/ou ações das empresas operacionais foram classificadas como sendo de garantia real e estariam excluídas em caso de concurso de credores.

Em caso de eventual concurso de credores, o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia e suas subsidiárias deverá seguir a ordem de preferência prevista no artigo 83 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, qual seja, créditos trabalhistas, créditos com garantia real, créditos tributários e créditos quirografários, respectivamente.

(iv) restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Bonds emitidos em junho de 2021:

Os bonds emitidos em 9 de junho de 2021, com vencimento em 9 de junho de 2026, não contêm cláusulas que sujeitem a Companhia a condições restritivas, sejam de distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e investimentos que sejam do curso normal do negócio e previstos no Estatuto da Companhia. Há previsão de hipótese de vencimento antecipado consistente em eventuais mudanças ou transferência do controle acionário da Companhia, bem como sua incorporação, fusão ou cisão que motivem o rebaixamento das notas de crédito pelas agências de rating. A Companhia cumpre todas as disposições previstas no instrumento de emissão dos *bonds*.

A Companhia possui cláusula de covenants financeiros atrelados ao índice de alavancagem nos *bonds* emitido em junho de 2021. O índice é calculado por meio da divisão da dívida líquida do período pelo EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses (EBITDA menos a linha de outras receitas e despesas). Caso haja aquisições durante o período de vigência dos *bonds*, será utilizado um EBITDA Ajustado *pro forma* que considerará os últimos 12 meses operacionais do ativo adquirido.

O limite máximo do índice é 2,5x, entretanto, eventual descumprimento deste índice resulta em restrição na tomada de novas dívidas e não em vencimento antecipado e aceleração de outras dívidas. A medição desse índice será realizada trimestralmente, e em 31 de dezembro de 2022 o indicador calculado ficou abaixo do limite estabelecido, atendendo à cláusula do contrato.

Debêntures emitidas em agosto de 2022:

O "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em 2 (Duas) Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Petro Rio Jaguar Petróleo S.A." ("Escritura de Emissão"), celebrado em 20 de julho de 2022 entre a Petro Rio Jaguar Petróleo S.A. ("Emissora"), a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Agente Fiduciário") e, na qualidade de fiadores, a Companhia, a Petro Rio O&G Exploração e Produção de Petróleo Ltda. e a PRIO Bravo Ltda. ("Fiadores"), possui, dentre outras, cláusulas restritivas (*covenants*) que se descumpridas irão ocasionar, nos termos abaixo:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(i) *Vencimento Antecipado Automático em caso de:*

(a) transformação do tipo societário da Emissora, inclusive transformação em sociedade limitada ou outro tipo societário que não permita a emissão ou manutenção das Debêntures, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"); e

(b) resgate, recompra, amortização ou bonificação de ações de emissão da Companhia, distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos acima do obrigatório determinado em lei e/ou de juros sobre o capital próprio, e/ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos seus acionistas, exceto se, cumulativamente: (a) a Emissora e os Fiadores estiverem adimplentes perante os Debenturistas com relação a todas as suas obrigações previstas na Escritura de Emissão; e (b) imediatamente antes e depois do efetivo pagamento de dividendos ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos seus acionistas, não houver descumprimento do Índice Financeiro (conforme definido abaixo).

(ii) *Vencimento Antecipado Não Automático:*

(a) caso a Emissora, os Fiadores e/ou quaisquer de suas controladas contraíam, a partir da data de assinatura da Escritura de Emissão, uma ou mais dívidas, exceto (a) na hipótese em que, na data de contratação de tal(is) dívida(s), o resultado da divisão entre a Dívida Líquida (conforme definido no Anexo II da Escritura de Emissão) e o EBITDA Ajustado consolidado da Companhia dos últimos 12 (doze) meses seja igual ou inferior a 2,50x (dois inteiros e cinquenta centésimos vezes) ("Índice Financeiro"); ou (b) caso sejam Dívidas Permitidas (conforme definido no Anexo II da Escritura de Emissão);

(b) se a Emissora, os Fiadores ou qualquer de suas controladas vender, transferir e/ou ceder de forma definitiva a terceiros não integrantes do seu grupo econômico quaisquer ativos, equipamentos, direitos, recebíveis, bens de sua propriedade, participações societárias detidas em outras sociedades, direitos decorrentes das Concessões e/ou direitos decorrentes da operação e/ou produção de reservas de petróleo, em montante igual ou superior a 30% (trinta por cento), em uma ou mais transações, do EBITDA Ajustado consolidado da Companhia, conforme última demonstração financeira consolidada anual ou informação financeira trimestral imediatamente anterior à data do evento, exceto (a) se realizada no âmbito de uma Reorganização Societária Permitida; ou (b) caso a Emissora realize a Oferta de Aquisição Obrigatória, sendo certo que, caso o prazo de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão das Debêntures da Primeira Série não tenha transcorrido e a Oferta de Aquisição Obrigatória não seja permitida, nos termos da Cláusula 5.5.1.1 da Escritura de Emissão, a ocorrência deste evento acarretará o vencimento antecipado não automático das Debêntures da Primeira Série;

(c) realização de quaisquer novos investimentos ou assunção de novos compromissos de investimento pela Emissora sem o prévio e expresso consentimento dos Debenturistas, exceto pelos Investimentos Permitidos (conforme definido no Anexo II da Escritura de Emissão); e

(d) cisão, fusão ou incorporação (seja como incorporada ou incorporadora) da Emissora, dos Fiadores e/ou de quaisquer de suas controladas, ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, os Fiadores e/ou quaisquer de suas controladas, exceto (a) se previamente aprovada pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas, observado o quórum de deliberação estabelecido na Escritura de Emissão; ou (b) caso seja uma operação envolvendo exclusivamente controladas da Companhia, desde que não seja um dos Fiadores e/ou a Emissora; ou (c) se, cumulativamente, (c.1) a entidade sobrevivente da respectiva reorganização societária seja a Emissora, um dos Fiadores ou quaisquer das controladas da Emissora e/ou dos Fiadores, desde que não ocorra uma mudança do Controle indireto da Emissora e dos Fiadores, sendo certo que, caso a entidade sobrevivente da respectiva reorganização societária não seja a Emissora e/ou um dos Fiadores, a entidade sobrevivente outorgará uma Fiança, nos termos da Cláusula 4.25.1.1 da Escritura de Emissão; e (c.2) a entidade sobrevivente não seja uma pessoa sujeita a Sanções ou não esteja localizada em um Território Sancionado.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Todos os termos iniciados em letras maiúsculas, mas não definidos neste subitem, têm o mesmo significado a eles atribuído na Escritura de Emissão.

A Companhia está cumprindo as restrições previstas na Escritura de Emissão.

(g) Limites de financiamentos contratados e percentuais já utilizados

Recorrentemente, a Companhia está em contato com as principais instituições financeiras brasileiras e estrangeiras com o objetivo de atualizar o limite de crédito de forma que fique condizente com a situação atual da Companhia.

(h) Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Os quadros a seguir apresentam um sumário das informações financeiras e operacionais da Companhia para os períodos indicados. O resultado consolidado da Companhia inclui os resultados das suas controladas Petro Rio O&G e PRIO Internacional Ltda.

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO

A seguir, são apresentados os valores relativos às demonstrações de resultado consolidado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

DRE (em R\$ mil)	2022		2021	
Receita líquida	6.363.475	100,00%	4.396.003	100,00%
Custos dos produtos/serviços	(2.106.303)	-33,10%	(1.883.358)	-42,84%
Resultado bruto	4.257.172	66,90%	2.512.645	57,16%
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas de geologia e geofísica	(14.859)	-0,23%	(10.262)	-0,23%
Despesas com pessoal	(120.523)	-1,89%	(114.845)	-2,61%
Despesas gerais e administrativas	(46.726)	-0,73%	(25.152)	-0,57%
Despesas com serviços de terceiros	(61.164)	-0,96%	(47.713)	-1,09%
Impostos e taxas	(11.730)	-0,18%	(6.695)	-0,15%
Despesa de depreciação e amortização	(112.527)	-1,77%	(110.973)	-2,52%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26.570	0,42%	(75.562)	-1,72%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	3.916.213	61,54%	2.121.443	48,26%
Despesas financeiras	(832.463)	-13,08%	(1.568.858)	-35,69%
Receitas financeiras	578.070	9,08%	946.536	21,53%
Resultado antes do Imposto de renda e da contribuição social	3.661.820	57,54%	1.499.121	34,10%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(545.460)	-8,57%	(344.812)	-7,84%
Imposto de renda e contribuição social diferido	310.712	4,88%	178.737	4,07%
Lucro (prejuízo) consolidado do período	3.427.072	53,86%	1.333.046	30,32%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida totalizou R\$ 6.363.475 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 4.396.003 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esta variação positiva de 44,76 % deve-se principalmente ao aumento na quantidade de óleo vendido, com 1,4 milhões de barris vendidos a mais em 2022, bem como o aumento do preço médio líquido de venda, que saiu da média de aproximadamente 73 dólares por barril em 2021 para aproximadamente 98 dólares por barril em 2022.

A tabela a seguir apresenta os detalhes da receita líquida por propriedade para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

31/12/2022					31/12/2021					
	Manati	Frade	Cluster Polvo + Tubarão Martelo	Total	Polvo	Manati	Frade (2)	Tubarão Martelo	Cluster Polvo + Tubarão Martelo (1)	Total
Receita bruta	120.624	3.483.845	2.779.236	6.383.705	723.118	131.260	2.170.825	345.137	1.048.019	4.418.359
Deduções	(20.230)	-	-	(20.230)	-	(22.356)	-	-	-	(22.356)
Receita líquida	100.394	3.483.845	2.779.236	6.363.475	723.118	108.904	2.170.825	345.137	1.048.019	4.396.003

(1) Com a conclusão do tieback, em 14 de julho de 2021, a participação da Companhia nos campos e Polvo e Tubarão Martelo passou de 100% e 80%, respectivamente, para 95% dos dois campos.

(2) Até 5 de fevereiro de 2021, a Companhia detinha 70% da Operação no Campo. Após a conclusão da aquisição da participação de 30% da Petrobras no 1T21, este percentual aumentou para 100%.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

CUSTOS TOTAIS

Os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$ 2.106.303 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 1.883.358 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. O aumento de 11,84%, ou R\$ 222.945 mil em relação ao ano anterior é atribuído essencialmente ao aumento na quantidade de óleo comprado para revenda produzido pelo campo de Tubarão Martelo. Em 2022 toda a produção proporcional a 20% do campo foi comprada, enquanto em 2021 só houve compra a partir de julho.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos custos dos produtos/serviços da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

Exercício encerrado em 31 de dezembro		
	2022	2021
Logística	(52.806)	(92.206)
Consumíveis	(169.262)	(181.724)
Operação e Manutenção	(169.525)	(221.645)
Pessoal	(131.659)	(130.552)
Compra de óleo para revenda	(319.207)	(120.370)
Outros Custos	(23.730)	(55.655)
Royalties e participação especial	(498.385)	(321.092)
Amortização CPC 06 (R2)	(72.975)	(144.047)
Depreciação e Amortização	(668.754)	(616.067)
Total das operações continuadas	(2.106.303)	(1.883.358)

* (R\$ milhares)

RESULTADO BRUTO

O resultado bruto apurado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 4.257.172 mil e de R\$ 2.512.645 mil em 2021. A variação positiva de R\$ 1.744.527 ocorreu em razão dos motivos acima expostos.

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas com geologia e geofísica

As despesas com geologia e geofísica aumentaram de R\$ 10.262 mil em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 14.859 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Tal aumento refere-se principalmente à aquisição de dados sísmicos do campo de Albacora Leste.

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal aumentaram em R\$ 5.678 mil, ou 4,94%, de R\$ 114.845 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 120.523 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Este aumento deve-se principalmente ao aumento na quantidade de funcionários em função de novos projetos.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram em R\$ 21.574 mil, ou 85,77%, de R\$ 25.152 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 46.726 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento deve-se principalmente ao aumento de projetos da Companhia, demandando estrutura administrativa para tal.

Despesas com serviços de terceiros

Despesas com serviços de terceiros aumentaram de R\$ 47.713 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para o valor de R\$ 61.164 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento deve-se principalmente aos serviços jurídicos para atendimento as demandas de arbitragens instauradas durante o exercício.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Impostos e taxas

Impostos e taxas aumentaram de R\$ 6.695 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para o valor de R\$ 11.730 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse aumento deve-se principalmente ao aumento na importação de bens e serviços com a incidência de impostos.

Despesas de Depreciação e Amortização

As despesas de depreciação e amortização totalizaram R\$ 112.527 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 110.973 mil em 31 de dezembro de 2021. Tal aumento decorreu principalmente na taxa de conversão da depreciação em dólar, que com taxa média anual menor em 2022 aumenta o valor da depreciação.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Esta rubrica passou de uma despesa de R\$ 75.562 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para uma receita de R\$ 26.570 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Tal variação decorreu principalmente pelo efeito não-caixa e não recorrente da redução da provisão de abandono dos campos, no montante de R\$ 284.782 mil, e reduzidos de despesas como a devolução do bloco Ceará (R\$ 85.185 mil), armazenagem e frete de óleo (R\$ 51.108 mil), gastos com a desmobilização da BW (R\$ 43.693 mil) e patrocínios incentivados (R\$ 23.228 mil).

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia passou de uma despesa líquida de R\$ 622.322 mil em 31 de dezembro de 2021 para uma despesa líquida de R\$ 254.393 mil. Essa redução se deve principalmente ao aumento na receita de aplicações financeiras devido ao maior valor de caixa durante o exercício de 2022, saindo de R\$ 69.232 mil em 2021 para R\$ 255.367 mil em 2022, bem como a alteração da moeda funcional da Companhia em janeiro de 2022, com redução da exposição ao dólar, alterando o resultado de variação cambial de uma despesa de R\$ 255.133 mil em 2021 para uma receita de R\$ 25.026 mil em 2022.

RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido de R\$ 3.661.820 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e de R\$ 1.499.121 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As obrigações fiscais da Companhia com relação aos impostos de renda e tributos de contribuição social correntes e diferidos sobre o lucro variaram de R\$ 166.075 mil de despesa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para uma despesa de R\$ 234.748 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. Tal variação reflete o aumento do imposto corrente.

LUCRO (PREJUÍZO) CONSOLIDADO DO PERÍODO

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro de R\$ 3.427.072 mil em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 1.333.046 mil em 31 de dezembro de 2021.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

DRE (em R\$ mil)	2021		2020		2019	
Receita líquida	4.396.003	100,00%	1.904.185	100,00%	2.491.818	130,86%
Custos dos produtos/serviços	(1.883.358)	-42,84%	(1.286.926)	-67,58%	(596.432)	46,35%
Resultado bruto	2.512.645	57,16%	617.259	32,42%	1.895.386	307,06%
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas de geologia e geofísica	(10.262)	-0,23%	(471)	-0,02%	(9.791)	2078,77%
Despesas com pessoal	(114.845)	-2,61%	(37.853)	-1,99%	(76.992)	203,40%
Despesas gerais e administrativas	(25.152)	-0,57%	(43.487)	-2,28%	18.335	-42,16%
Despesas com serviços de terceiros	(47.713)	-1,09%	(46.242)	-2,43%	(1.471)	3,18%
Impostos e taxas	(6.695)	-0,15%	(16.378)	-0,86%	9.683	-59,12%
Despesa de depreciação e amortização	(110.973)	-2,52%	(193.516)	-10,16%	82.543	-42,65%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(75.562)	-1,72%	663.437	34,84%	(738.999)	-111,39%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	2.121.443	48,26%	942.749	49,51%	1.178.694	125,03%
Despesas financeiras	(1.568.858)	-35,69%	(1.927.820)	-101,24%	358.962	-18,62%
Receitas financeiras	946.536	21,53%	1.469.151	77,15%	(522.615)	-35,57%
Resultado antes do Imposto de renda e da contribuição social	1.499.121	34,10%	484.080	25,42%	1.015.041	209,68%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(344.812)	-7,84%	(77.140)	-4,05%	(267.672)	347,00%
Imposto de renda e contribuição social diferido	178.737	4,07%	45.973	2,41%	132.764	288,79%
Lucro (prejuízo) consolidado do período	1.333.046	30,32%	452.913	23,79%	880.133	194,33%

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida totalizou R\$ 4.396.003 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 1.904.185 mil em 31 de dezembro de 2020. Esta variação positiva de 131% deve-se principalmente ao aumento do volume de barris vendidos durante o ano, que foi de 11 milhões, sendo a maior quantidade de *offtakes* realizada em um ano pela Companhia.

A tabela a seguir apresenta os detalhes da receita líquida por propriedade para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	31/12/2021						31/12/2022				
	Polvo	Manati	Frade (2)	Tubarão Martelo	Cluster Polvo + Tubarão Martelo (1)	Total	Polvo	Manati	Frade	Tubarão Martelo	Total
Receita bruta	723.118	131.260	2.170.825	345.137	1.048.019	4.418.359	565.676	76.567	1.019.549	256.005	1.917.797
Deduções	-	(22.356)	-	-	-	-	-	(13.612)	-	-	(13.612)
Receita líquida	723.118	108.904	2.170.825	345.137	1.048.019	4.396.003	565.676	62.955	1.019.549	256.005	1.904.185

(1) Com a conclusão do *tieback*, em 14 de julho de 2021, a participação da Companhia nos campos e Polvo e Tubarão Martelo passou de 100% e 80%, respectivamente, para 95% dos dois campos.

(2) Até 5 de fevereiro de 2021, a Companhia detinha 70% da Operação no Campo. Após a conclusão da aquisição da participação de 30% da Petrobras no 1T21, este percentual aumentou para 100%.

Dos 11 milhões de barris vendidos no ano, metade foram em Frade e metade no cluster Polvo e Tubarão Martelo, com preço médio bruto de US\$ 74,19. No último trimestre do ano, a Companhia realizou a venda de 3,8 milhões de barris em quatro *offtakes*, dois em outubro e dois em dezembro, sendo 2 milhões de barris em Frade e 1,8 milhões de barris no cluster Polvo e Tubarão Martelo, com preço médio bruto de venda de US\$ 83,19 e um aumento de 54% no volume vendido quando comparado ao 3T21.

CUSTOS TOTAIS

Os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$ 1.883.358 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, R\$ 1.286.926 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 940.379 mil em 31 de dezembro de 2019. O aumento de 46%, ou R\$ 596.432 mil, em relação ao ano anterior é atribuído essencialmente ao aumento na quantidade de barris vendidos

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e a despesas com depreciação e amortização, sendo parcialmente compensados pelos efeitos do *tieback* entre os Campos de Polvo e Tubarão Martelo, finalizado em julho de 2021.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos custos dos produtos/serviços da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2021	2020
FPSO/Plataforma	(13.217)	(28.742)
Logística	(78.989)	(63.225)
Consumíveis	(181.724)	(115.056)
Operação e Manutenção	(212.505)	(108.078)
Pessoal	(130.552)	(69.815)
SMS	(9.140)	(7.344)
Compra de óleo para revenda	(120.370)	(72.165)
Outros Custos	(55.655)	(48.581)
Royalties e participação especial	(321.092)	(152.555)
Amortização CPC 06 (R2)	(144.047)	(137.774)
	(616.067)	(483.591)
Total das operações continuadas	(1.883.358)	(1.286.926)

*(R\$ milhares)

RESULTADO BRUTO

O resultado bruto apurado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 2.512.645 mil e de R\$ 617.259 mil em 2020. A variação negativa de R\$ 1.895 mil ocorreu em razão dos motivos acima expostos.

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas com geologia e geofísica

As despesas com geologia e geofísica aumentaram de R\$ 4.71 mil em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 10.262 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Tal aumento refere-se principalmente à sísmica de Wahoo.

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal aumentaram em R\$ 76.992 mil, ou 203%, de R\$ 37.853 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 114.845 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Este aumento deve-se principalmente ao provisionamento da bonificação anual de 2021 e ao prêmio de opções outorgadas em 2021 referente ao bônus de 2020.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas reduziram em R\$ 18.335 mil, ou 42%, de R\$ 43.487 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 25.152 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa redução deve-se principalmente à conclusão do *tieback* entre Polvo e Tubarão Martelo, que possibilitou uma redução de custos operacionais de US\$ 50 milhões ao ano com o descomissionamento do FPSO Polvo, que era afretado ao campo.

Despesas com serviços de terceiros

Despesas com serviços de terceiros aumentaram de R\$ 46.242 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para o valor de R\$ 47.713 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Esse aumento deve-se principalmente custas com advogados e consultorias relacionadas à implantação do SAP.

Impostos e taxas

Impostos e taxas reduziram em R\$ 16.378 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para o valor de R\$ 6.695 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Essa redução deve-se principalmente à redução na importação de bens e serviços com a incidência de impostos.

Despesas de Depreciação e Amortização

As despesas de depreciação e amortização totalizaram R\$ 110.973 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 193.516 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Tal redução decorreu principalmente da conclusão do *tieback* entre Polvo e Tubarão Martelo, alongando a vida útil dos campos em conjunto, o que teve como efeito a redução da amortização.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Esta rubrica passou de uma receita de R\$ 663.447 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para um valor de despesa de R\$ 75.562 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Tal variação decorreu principalmente do efeito não-caixa e não recorrente da baixa da provisão de abandono de Polvo + Tubarão Martelo, o Abandono de Tubarão Azul e provisão de contingências.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro da Companhia foi impactado principalmente pela variação cambial (efeito não-caixa) sobre itens do balanço denominados em dólar, como as provisões para abandono e os contratos de mútuo *intercompany* e o *bond*.

RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido de R\$ 1.499.121 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de R\$ 484.080 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As obrigações fiscais da Companhia com relação aos impostos de renda e tributos de contribuição social correntes e diferidos sobre o lucro variaram de R\$ 31.167 mil de despesa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 para uma despesa de R\$ 166.075 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Tal variação reflete o aumento do imposto corrente, sendo 80% com a utilização de caixa e 20% através de créditos.

LUCRO (PREJUÍZO) CONSOLIDADO DO PERÍODO

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro de R\$ 1.333.046 mil em 31 de dezembro de 2021 e R\$ 452,913 mil em 31 de dezembro de 2020.

ANÁLISE COMPARATIVA DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019.

DRE (em R\$ mil)	2020		2019		2020 x 2019	
Receita líquida	1.904.185	100,00 %	1.644.346	100,00 %	259.839	15,80%
Custos dos produtos/serviços	(1.286.926)	-67,58%	(940.379)	-57,19%	(346.547)	36,85%
Resultado bruto	617.259	32,42%	703.967	42,81 %	(86.708)	-12,32%
Receitas (despesas) operacionais						
Despesas de geologia e geofísica	(471)	-0,02%	(595)	-0,04%	124	-20,84%
Despesas com pessoal	(37.853)	-1,99%	(48.245)	-2,93%	10.392	-21,54%
Despesas gerais e administrativas	(43.487)	-2,28%	(25.147)	-1,53%	(18.340)	72,93%
Despesas com serviços de terceiros	(46.242)	-2,43%	(34.519)	-2,10%	(11.723)	33,96%
Impostos e taxas	(16.378)	-0,86%	(11.130)	-0,68%	(5.248)	47,15%
Despesa de depreciação e amortização	(193.516)	-10,16%	(126.080)	-7,67%	(67.436)	53,49%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	663.437	34,84%	420.005	25,54%	243.432	57,96%
Resultado operacional antes do resultado financeiro	942.749	49,51%	878.256	53,41%	64.493	7,34%
Despesas financeiras	(1.927.820)	-101,24%	(714.396)	-43,45%	(1.213.424)	169,85%
Receitas financeiras	1.469.151	77,15%	377.142	22,94%	1.092.009	289,55%
Resultado antes do Imposto de renda e da contribuição social	484.080	25,42%	541.002	32,90%	(56.922)	-10,52%
Imposto de renda e contribuição social corrente	(77.140)	-4,05%	(55.658)	-3,38%	(21.482)	38,60%
Imposto de renda e contribuição social diferido	45.973	2,41%	357.002	21,71%	(311.029)	-87,12%
Lucro (prejuízo) consolidado do período	452.913	23,79%	842.346	51,23%	(389.433)	-46,23%

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida totalizou R\$ 1.904.185 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 1.644.346 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Este aumento de 15,8% deve-se principalmente ao aumento do volume de barris vendidos durante o ano.

A tabela a seguir apresenta os detalhes da receita líquida por propriedade para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020					2019			
	Campo de Polvo	Campo de Manati	Campo de Frade	Campo de Tubarão Martelo	Total	Campo de Polvo	Campo de Manati	Campo de Frade⁽¹⁾	Total
Receita bruta	565.676	76.567	1.019.549	256.005	1.917.797	690.686	109.246	865.816	1.665.748
Deduções	-	(13.612)	-	-	(13.612)	-	(20.747)	(655)	(21.402)
Receita líquida	565.676	62.955	1.019.549	256.005	1.904.185	690.686	88.499	865.161	1.644.346

(1) Receita líquida atribuível ao Campo de Frade reflete a consolidação dos resultados das operações do Campo de Frade atribuíveis à nossa participação de 51,74% de 25 de março de 2019 a 30 de setembro de 2019, após a aquisição da participação no Campo detida pela Chevron.

A receita líquida atribuível ao Campo de Polvo diminuiu de R\$ 690.686 mil para R\$ 565.676 mil em relação aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020, respectivamente, principalmente como resultado de uma redução do número de barris vendidos, bem como preços mais baixos do petróleo durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020.

A receita líquida atribuível ao Campo de Frade aumentou de R\$ 865.161 mil para R\$ 1.019.549 mil em relação aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020, respectivamente, principalmente devido ao fato de os resultados das operações do Campo de Frade terem sido incluídos nos resultados consolidados de operações a partir de 25 de março de 2019, data de conclusão da aquisição pela Companhia de participação no Campo de Frade detida pela Chevron. Além disso, foi adquirida uma participação operacional adicional de 18,26% no Campo de Frade em outubro de 2019, o que aumentou a receita líquida atribuível ao Campo de Frade em 2020. O aumento na receita líquida foi ainda suportado por um aumento na produção como resultado das obras de vários poços de acordo com o Plano de Redesenvolvimento do Campo de Frade.

A receita líquida atribuível ao Campo de Manati diminuiu de R\$ 88.499 mil para R\$ 62.955 mil em relação aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020, respectivamente, principalmente pela redução nas vendas de gás em 2020. Essa redução nas vendas foi por sua vez impulsionada pela baixa demanda por gás no Brasil devido à pandemia da COVID-19.

CUSTOS TOTAIS

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os custos dos produtos vendidos totalizaram R\$ 1.286.926 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e de R\$ 940.379 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. O aumento de 36,85%, ou R\$ 346.547 mil em relação ao ano anterior é atribuído essencialmente ao aumento na quantidade de barris vendidos e às despesas com depreciação e amortização. Adicionalmente, a Companhia registrou custo de R\$ 62.500 mil referente à compra de óleo para revenda, derivado da aquisição de 80% de participação do Campo de Tubarão Martelo. O óleo foi adquirido do antigo operador (Dommo Energia S.A.) e revendido no mercado externo.

A tabela a seguir apresenta a distribuição dos custos dos produtos/serviços da Companhia nos anos encerrados em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro	
	2020	2019
FPSO/Plataforma	(28.742)	(33.512)
Logística	(63.225)	(73.362)
Consumíveis	(115.056)	(101.799)
Operação e Manutenção	(108.078)	(105.088)
Pessoal	(69.815)	(55.983)
SMS	(7.344)	(10.133)
Outros custos	(72.165)	-
Compra de óleo para revenda	(48.581)	(33.844)
Royalties e participação especial	(152.555)	(143.780)
Amortização – CPC 06 (R2)	(137.774)	(134.253)
Depreciação e amortização	(483.591)	(248.625)
Total	(1.286.926)	(940.379)

*(R\$ milhares)

RESULTADO BRUTO

O resultado bruto apurado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 617.259 mil e de R\$ 703.967 mil em 2019. A variação negativa de R\$ 86.708 mil ocorreu face às razões acima expostas.

DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas com geologia e geofísica

As despesas com geologia e geofísica reduziram em R\$ 124 mil, ou 20,84%, do valor de R\$ 595 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para o valor de R\$ 471 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta redução deve-se principalmente à campanha de perfuração em Polvo realizada em 2019.

Despesas com pessoal

As despesas com pessoal foram reduzidas em R\$ 10.392 mil, ou 21,54%, de R\$ 48.245 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para o valor de R\$ 37.853 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta redução deve-se principalmente aos custos de desligamentos ocorridos em 2019 em função da aquisição do Campo de Frade e aos planos de remunerações para funcionários convertidos em ações com taxa mais alta em 2019.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram em R\$ 18.340 mil, ou 72,93%, de R\$ 25.147 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para o valor de R\$43.487 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se principalmente aos custos incorridos em relação com a aquisição de Tubarão Martelo.

Despesas com serviços de terceiros

Despesas com serviços de terceiros aumentaram em R\$ 11.723 mil, ou 33,96%, de R\$ 34.519 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para o valor de R\$46.242 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se principalmente

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

aos custos incorridos em relação à aquisição do Campo de Tubarão Martelo.

Impostos e taxas

Impostos e taxas aumentaram em R\$ 5.248 mil, ou 47,15%, de R\$ 11.130 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para o valor de R\$ 16.378 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esse aumento deve-se principalmente por impostos de remessas ao exterior dos seguros contratados e renovados em 2020, que tiveram a inclusão do Campo de Tubarão Martelo e do FPSO OSX3.

Despesas de Depreciação e Amortização

As despesas de depreciação e amortização totalizaram R\$ 193.516 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 126.080 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. Tal aumento de 53,49% decorreu principalmente ao fato de estar sendo considerada a amortização cheia do Campo de Frade (pois como a PRIO Jaguar foi adquirida em 25 de março de 2019 e PRIO Bravo em 1º de outubro de 2019, no exercício social encerrado em 31 de dezembro 2019 a amortização estará menor em comparação a 2020) bem como a amortização do FPSO que opera o Campo de Tubarão Martelo (OSX-3), o qual foi adquirido em 03 de fevereiro de 2020.

Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

Esta rubrica passou de R\$ 420.005 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 663.437 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Tal incremento decorreu principalmente da receita de aluguel do FPSO OSX-3 e redução da provisão de abandono de Frade através de novo estudo realizado e aprovado em 2020.

Receitas Financeiras

Receitas financeiras incluem receita de juros, receita de *hedge* e variações de taxa de câmbio em caixa e equivalentes de caixa. Essas receitas aumentaram em R\$ 1.092.009 mil, ou 290%, de R\$ 377.142 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.469.151 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Este aumento deve-se principalmente ao impacto da variação da taxa de câmbio e dos contratos de opção de venda realizados para a proteção da receita da Companhia (*hedge*).

Despesas Financeiras

Despesas financeiras incluem juros derivados dos empréstimos bancários, empréstimos de capital de giro e arrendamentos financeiros, taxas de letra de crédito, variações de taxa de câmbio na dívida, provisões de abandono e obrigações de arrendamento. Essas despesas aumentaram em R\$ 1.213.424 mil, ou 169,85%, de R\$ 714.396 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.927.820 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Este aumento deve-se principalmente à variação da taxa de câmbio na dívida, passivos de arrendamento, provisões de descomissionamento, despesa financeira na dívida pela aquisição do Campo de Frade.

RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido de R\$ 484.080 mil em 31 de dezembro de 2020 e de R\$ 541.002 mil em 31 de dezembro de 2019.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As obrigações fiscais da Companhia com relação aos impostos de renda e tributos de contribuição social correntes e diferidos sobre o lucro variaram R\$ 332.511 mil, de receita de R\$ 301.344 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 para uma despesa de R\$ 31.167 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. Tal variação deve-se principalmente ao reconhecimento de impostos de renda diferidos derivados da aquisição do Campo de Frade em 2019.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

LUCRO (PREJUÍZO) CONSOLIDADO DO PERÍODO

Devido aos motivos acima, a Companhia registrou lucro no exercício de R\$ 452.913 mil em 31 de dezembro de 2020 e R\$ 842.346 mil em 31 de dezembro de 2019.

FLUXO DE CAIXA

A condição financeira e liquidez da Companhia são e continuarão sendo influenciadas por diversos fatores, incluindo:

- mudanças no preço do petróleo e gás natural e sua capacidade gerar fluxos de caixa derivados das suas operações;
- seus requisitos de investimentos para suas operações de desenvolvimento e produção; e
- o nível do seu endividamento pendente e os juros que é obrigada a pagar com relação a essa dívida.

As principais fontes de liquidez da Companhia têm sido historicamente contribuições de patrimônio líquido, financiamento de dívidas, incluindo empréstimos bancários de longo prazo, e caixa gerado pelas suas operações. No passado, a Companhia também celebrou contratos de pagamento antecipado e de compra mínima garantida.

O fluxo de caixa operacional da Companhia pode diminuir devido a eventos imprevisíveis, incluindo restrições de entrega ou uma queda prolongada dos preços do petróleo e gás, a Companhia pode examinar as medidas como reduções adicionais dos programas de investimentos, contratos de pagamento antecipado de petróleo, disposição de bens ou emissão de ações, entre outros.

Os ajustes de conversão apresentados nos fluxos de caixa se referem à conversão dos saldos de caixa dos balanços de empresas que estão no exterior e não tem como moeda funcional o real. Não se trata de uma entrada ou saída efetiva de caixa, e sim um ajuste de tradução de demonstrações financeiras para o real.

A seguir, são apresentadas as variações nas demonstrações do fluxo de caixa da Companhia relativas aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	AH%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades operacionais	4.927.159	2.183.736	1.617.546	125,63%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de investimento	(175.963)	(4.743.320)	(585.142)	-96,29%
Caixa líquido (aplicado nas) gerado nas atividades de financiamento	4.009.917	2.627.429	(713.295)	52,62%
Ajuste de conversão	(118.833)	93.563	30.767	-227,01%
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalente de caixa	8.642.280	161.408	349.876	5.254,31%

*Em milhares de R\$, exceto %

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais alcançou o valor de R\$ 4.927.159 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, em comparação com o valor de R\$ 2.183.736 mil gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A variação positiva de aproximadamente R\$ 2.743.423 mil deve-se principalmente ao aumento do lucro antes dos impostos em 2022.

Atividades de investimento

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O fluxo de caixa líquido das atividades de investimento apresentou um caixa líquido aplicado de R\$ 175.963 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e de R\$ 4.743.320 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A variação de R\$ 4.567.357 mil decorreu principalmente da aplicação de recursos em novos poços no Campo de Frade, bem como no adiantamento para aquisição de Albacora Leste.

Atividades de financiamento

O fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento apresentou um caixa líquido gerado de R\$ 4.009.917 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 e uma geração de caixa de R\$ 2.627.429 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A variação positiva de R\$ 1.382.488 ocorreu principalmente pela emissão de debêntures pela controlada PRIO Jaguar.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais alcançou o valor de R\$ 2.183.736 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, em comparação com o valor de R\$ 1.617.546 mil gerado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A variação positiva de aproximadamente R\$ 566 milhões deve-se principalmente ao alto volume de barris vendidos em 2021, sendo metade de Frade e metade do *cluster* Polvo e Tubarão Martelo.

Atividades de investimento

O fluxo de caixa líquido das atividades de investimento apresentou um caixa líquido aplicado de R\$ 4.743.320 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e de R\$ 585.142 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A variação de R\$ 4.158.178 mil decorreu principalmente do aumento dos valores aplicados em títulos e valores mobiliários e pela aquisição dos 30% de Frade, além da conclusão do *tieback* entre Polvo e Tubarão Martelo.

Atividades de financiamento

O fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento apresentou um caixa líquido gerado de R\$ 2.627.429 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 e uma geração de caixa de R\$ 713.295 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020. A variação positiva de R\$ 3.340.724 mil ocorreu principalmente em função da oferta pública de ações ordinárias de emissão da Companhia, aumentando o seu capital social.

Este efeito foi minimizado pela quitação de vários empréstimos e financiamentos em 2021.

COMPARAÇÃO DAS PRINCIPAIS VARIAÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Atividades operacionais

O fluxo de caixa líquido das atividades operacionais foi um caixa gerado de R\$ 1.617.546 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, em comparação com R\$ 439.049 mil no ano encerrado em 31 de dezembro de 2019, sendo a variação de R\$ 1.178.497 mil. Os maiores impactos decorrem da geração de caixa da PRIO Jaguar, adquirida em março de 2019 que em 2019 só incluiu seis meses, da aquisição de PRIO Bravo Ltda., que não influenciou o fluxo de 2019 por ter sido concluída em outubro de 2019, e Tubarão Martelo, adquirido em agosto de 2020, além do impacto da receita de aluguel do FPSO OSX-3 e pelo incremento dos compromissos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Atividades de investimento

O fluxo de caixa líquido das atividades de investimento apresentou um caixa líquido aplicado de R\$ 585.142 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e de R\$ 1.377.686 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A variação de R\$ 793.544 mil decorreu principalmente do desembolso para a aquisição do Campo de Frade, minimizado parcialmente pelo aumento dos valores aplicados em títulos e valores mobiliários em função da necessidade de caixa para fazer frente às aquisições ocorridas durante o ano de 2019.

Atividades de financiamento

O fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento apresentou um caixa líquido aplicado de R\$ 713.295 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e uma geração de caixa de R\$ 1.192.303 mil no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019. A variação negativa de R\$ 1.905.598 mil ocorreu principalmente em função da quitação de vários empréstimos e financiamentos em 2020.

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2. Resultado operacional e financeiro

(a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita da Companhia foi composta pela venda de óleo produzido no *cluster* composto pelos Campos de Polvo e Tubarão Martelo (44,3%), Frade (54,1 %) e pela venda de gás natural e condensado produzido no Campo de Manati (1,6 %).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita da Companhia foi composta pela venda de óleo produzido no *cluster* composto pelos Campos de Polvo e Tubarão Martelo (48,1%), Frade (49,4%) e pela venda de gás natural e condensado produzido no Campo de Manati (2,5%).

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita da Companhia foi composta pela venda de óleo produzido nos Campos de Polvo (35%), Frade (49%) e Tubarão Martelo (11%) e pela venda de gás natural e condensado produzido no Campo de Manati (6%).

Desenvolvimento e exploração de reservas

Os resultados operacionais da Companhia dependem da sua capacidade de desenvolver e explorar, com sucesso, as reservas de petróleo e gás natural nos blocos existentes da Companhia, assim como adquirir (inclusive por meio de rodadas de licitações) ou obter acesso a novas reservas de petróleo e gás natural. Embora a Companhia tenha relatórios geológicos que avaliam as reservas provadas, prováveis e possíveis, não se pode garantir que a Companhia continuará sendo bem-sucedida na exploração, extração, desenvolvimento e produção comercial de petróleo e gás natural. A Companhia acredita que o cálculo geológico e petro-físico é complexo e possui incertezas, e é possível que as atividades atuais da Companhia de desenvolvimento de seus ativos, incluindo o Plano de Redesenvolvimento do Campo de Frade, poderão resultar em níveis de produção que são inferiores aos que foram projetados. Também é possível que exista uma futura exploração nos atuais ativos ou nos ativos que a Companhia venha a comprar futuramente que não, necessariamente, resultará em descobertas adicionais, e, mesmo que a Companhia possa fazer as referidas descobertas de maneira bem-sucedida, não há certeza de que as referidas descobertas serão viáveis comercialmente para a produção.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, o total de investimentos da Companhia foi de R\$ 1,3 bilhão (US\$ 254 milhões), composto de R\$ 132 milhões (US\$ 25 milhões) relacionados a troca de bombas, R\$ 99 milhões (US\$ 19 milhões) relacionados à manutenção dos ativos, e R\$ 1,07 bilhão (US\$ 210 milhões) relacionados aos novos poços e conexões.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, o total de investimentos da Companhia foi de R\$ 1.177 milhões (US\$ 218 milhões), composto de R\$ 270 milhões (US\$ 50 milhões) relacionados ao *tieback* entre os campos de Polvo e Tubarão Martelo e desmobilização do FPSO Polvo, R\$ 108 milhões (US\$ 20 milhões) relacionados à completação do poço TBMT-10H em Tubarão Martelo, R\$ 189 milhões (US\$ 35 milhões) relacionados à manutenção dos ativos e R\$ 103 milhões (US\$ 19 milhões) relacionados à intervenção em poços.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o total de investimentos da Companhia foi de R\$ 1.496,1 milhões (US\$ 287,7 milhões), composto de R\$ 180,5 milhões (US\$ 34,7 milhões) relacionados ao desenvolvimento e manutenção com relação ao Plano de Redesenvolvimento de Campo de Polvo e o Plano de Redesenvolvimento do Campo de Frade, R\$ 67,6 milhões (US\$ 13 milhões) relacionados ao projeto de *tieback* entre Polvo e Tubarão Martelo, R\$ 728 milhões (US\$140 milhões) atribuíveis a aquisição do OSX-3, o FPSO dedicado do Campo de Tubarão Martelo e R\$ 520 milhões (US\$ 100 milhões) atribuíveis à aquisição de Wahoo.

2.2 Resultados operacional e financeiro

O financiamento de investimentos depende, em parte, de que os preços do petróleo se mantenham próximos dos valores estimados pela Companhia ou um pouco acima deles e de outros fatores que gerem um fluxo de caixa suficiente. O baixo preço do petróleo afeta as receitas da Companhia, que, por sua vez, afetam a capacidade de endividamento da Companhia e de cumprimento das obrigações constantes dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia. Caso a Companhia não seja capaz de vender sua produção, que, em conjunto com o nível de caixa atual da Companhia, devem ser suficientes para financiar seus investimentos, a Companhia pode não realizar, de maneira eficiente, seus programas de desenvolvimento, incluindo o Plano Redesenvolvimento do Campo de Frade.

Se a média dos preços do petróleo estiver mais alta que o preço alvo orçado pela Companhia, a Companhia tem a possibilidade de alocar mais capital para projetos e aumentar seu trabalho, seu programa de investimento, e, conseqüentemente, aumentar a sua produção de petróleo e gás.

Os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente caso a produção estimada de petróleo e gás natural dos campos da Companhia não resulte em reservas adicionais que possam ser eventualmente desenvolvidas comercialmente. Além disso, não há nenhuma garantia de que a Companhia vá adquirir uma nova produção ou blocos de exploração ou obter acesso aos blocos de exploração que possuam reservas viáveis comercialmente. A menos que as atividades de desenvolvimento e exploração da Companhia sejam bem-sucedidas, ou caso a Companhia venha a adquirir propriedades que possuam novas reservas, as reservas previstas continuarão reduzindo. Para mais informações sobre fatores de risco da Companhia, vide item 4.1.(a) do Formulário de Referência da Companhia.

Receita de petróleo e gás e preços internacionais

As receitas da Companhia são obtidas a partir da venda da sua produção de petróleo e gás natural. O preço obtido pelo petróleo que a Companhia produz está geralmente conectado com *brent*. O preço do mercado para petróleo e gás natural é sujeito a uma flutuação significativa e historicamente o preço tem flutuado bastante com relação a pequenas mudanças no fornecimento e demanda global de petróleo e gás natural, as condições incertas do mercado, condições econômicas e uma variedade de outros fatores. Para mais informações sobre fatores de risco da Companhia, vide item 4.1.(a) do Formulário de Referência da Companhia.

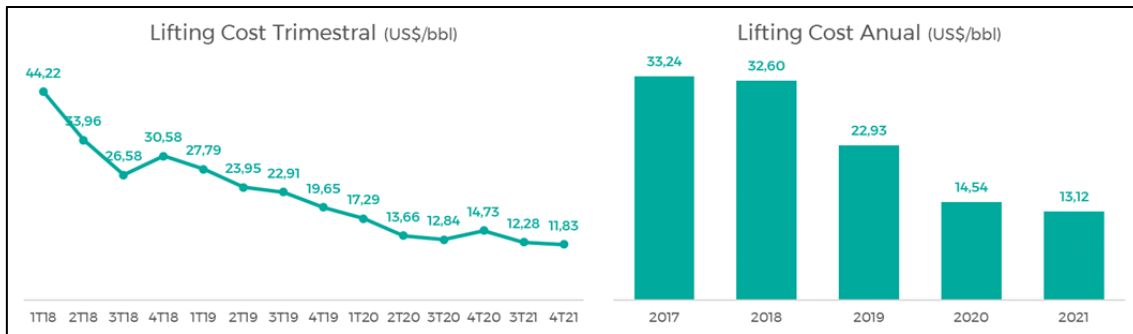
Custos de Extração (*Lifting costs*)

Os custos de extração (*lifting costs*) da Companhia consistem principalmente em despesas associadas com a operação e manutenção de poços, além de equipamentos e instalações relacionadas, incluindo custos trabalhistas, contratações externas, taxas de consultoria, logística, custos de combustível e despesas de arrendamento. Os custos de extração (*lifting costs*) são mensurados por barril equivalente de petróleo e gás produzido nos campos da Companhia. A estratégia da Companhia gira em torno da implementação de diversas medidas projetadas para reduzir os custos de extração (*lifting costs*) nas propriedades futuras ou existentes da Companhia, especialmente no ambiente de volatilidade e de preços de petróleo reduzidos.

Os custos de extração (*lifting costs*) são afetados por diversos fatores, incluindo capacidade da Companhia de implementar, com sucesso, medidas de redução de custo e programas de desenvolvimento nas propriedades atuais da Companhia, flutuações na taxa de câmbio entre dólares norte-americanos (moeda que é utilizada na maioria das suas vendas) e o real (moeda que é utilizada em uma parte significativa das despesas operacionais da Companhia) e a capacidade de adquirir novos ativos com uma redução de custo potencial nas propriedades atuais da Companhia. Historicamente, o custo de extração (*lifting cost*) da Companhia tem permanecido menor que o preço do petróleo por barril do petróleo equivalente, e caiu de maneira contínua durante os períodos que foi revisado, de uma média de US\$13,1 por barril no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 para US\$10,7 por barril no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Os gráficos abaixo demonstram a média do custo de extração (*lifting cost*) da Companhia para os períodos indicados:



A tabela a seguir apresenta *breakeven* da Companhia para os nove meses encerrados em 31 de dezembro de 2022:

Breakeven Costs	US\$ por boe (em milhares)
Lifting costs	10,7
Despesas gerais e administrativas	3,45
Royalties	6,58
Descontos	1,68
Total	22,40

A tabela a seguir apresenta a evolução do desconto da Companhia (em US\$) por barril para os períodos indicados abaixo (onde o desconto for negativo, o petróleo foi vendido com um prêmio em relação ao preço de mercado):

	31/03 2020	30/06 2020	30/09 2020	31/12 2020	31/03 2021	30/06 2021	30/09 2021	31/12 2021	31/03 2022	31/06 2022	31/09 2022	31/12 2022
Campo de Frade	3,1	4,1	3,4	2,4	2,3	1,6	1,3	2,2	0,8	-0,15	-2,17	4,98
Campo de Polvo	6,5	8,2	7,3	4,8					2,39	3,55	0,607	8,43
Campo de Tubarão Martelo	—	—	6,0	4,2	4,3	5,0	9,5	5,0	—	—	—	—
Total	4,2	5,4	5,5	3,4	3,2	3,2	6,2	3,5	1,45	-1,89	-1,02	6,18

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Exercício social – 31 de dezembro de 2022

A Campanha de Perfuração no Campo de Frade foi a maior conquista operacional do ano, fazendo com que o campo ultrapassasse a produção de 30 kbb/d. Além disso, a Companhia conseguiu realizar as perfurações em um prazo menor que o esperado possibilitando uma economia financeira. Esta economia permitiu que a Companhia fizesse mais perfurações que o esperado para o ano de 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Outro fator que afetou o resultado operacional do ano foi o preço do *brent*. Como a Companhia vende seu óleo no mercado referenciado no preço do *brent*, a variação positiva decorrente da dinâmica de oferta e demanda global beneficiou o resultado operacional.

A tabela a seguir mostra os preços do petróleo, taxas de câmbio e a produção de reservas da Companhia no e para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Preço médio do petróleo <i>brent</i> (US\$ por barril)	99,04	72,19	64,16
Taxa de câmbio média do real x US\$1,00	5,17	5,40	3,95
Produção (kboepd)	40,5	31,6	19,2
Reservas 2P (MMboe)	431	209	188

Exercício social – 31 de dezembro de 2021

A conclusão do *tieback* entre os Campos de Polvo e Tubarão Martelo foi a maior conquista operacional do ano, criando um polo de produção que resultou em uma redução de US\$ 50 milhões/ano nos custos de operação dos campos e possibilitou um aumento de 17% na produção dos campos em conjunto, devido ao acordo financeiro que dá à Companhia o direito financeiro à 95% do óleo produzido pelo polo.

Outro fator que afetou o resultado operacional do ano foi a conclusão da aquisição dos 30% do Campo de Frade, que possibilitou um crescimento de 19% no volume produzido em 2021 em comparação ao ano anterior.

O desempenho financeiro no ano foi impactado pelo aumento do preço do petróleo tipo *brent*, que atingiu um nível de US\$ 86,40 por barril em outubro de 2021.

A tabela a seguir mostra os preços do petróleo, taxas de câmbio e a produção de reservas da Companhia no e para os períodos indicados:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Preço médio do petróleo <i>brent</i> (US\$ por barril)	72,19	43,21	64,16
Taxa de câmbio média do real x US\$1,00	5,40	5,16	3,95
Produção (kboepd)	31,6	26,6	19,2
Reservas 2P (MMboe)	209	193	—

Exercício social encerrado – 31 de dezembro de 2020

Devido aos impactos provocados pela pandemia da COVID-19 em todo o mundo, a demanda de petróleo reduziu bruscamente, diminuindo consequentemente os preços praticados nos mercados internacionais. Desta forma, a Companhia revisou seu plano de negócios de maneira a se readaptar ao cenário de incerteza e volatilidade relacionado à disseminação da COVID-19 e à recente queda nos preços do óleo tipo *brent* (diretamente ligado às receitas da Companhia).

A partir de 1º de janeiro de 2019 até 31 de dezembro de 2019, os preços spot *brent* variaram de um preço mínimo de US\$26,01 por barril até um preço máximo de US\$115,10 por barril. A partir de 1º de janeiro de 2020 até 31 de dezembro de 2020, os preços spot do *brent* variaram de um preço mínimo de US\$9,12 por barril a um preço máximo de US\$70,25 por barril.

A tabela a seguir mostra os preços do petróleo, taxas de câmbio e a produção de reservas da Companhia no e para os períodos indicados:

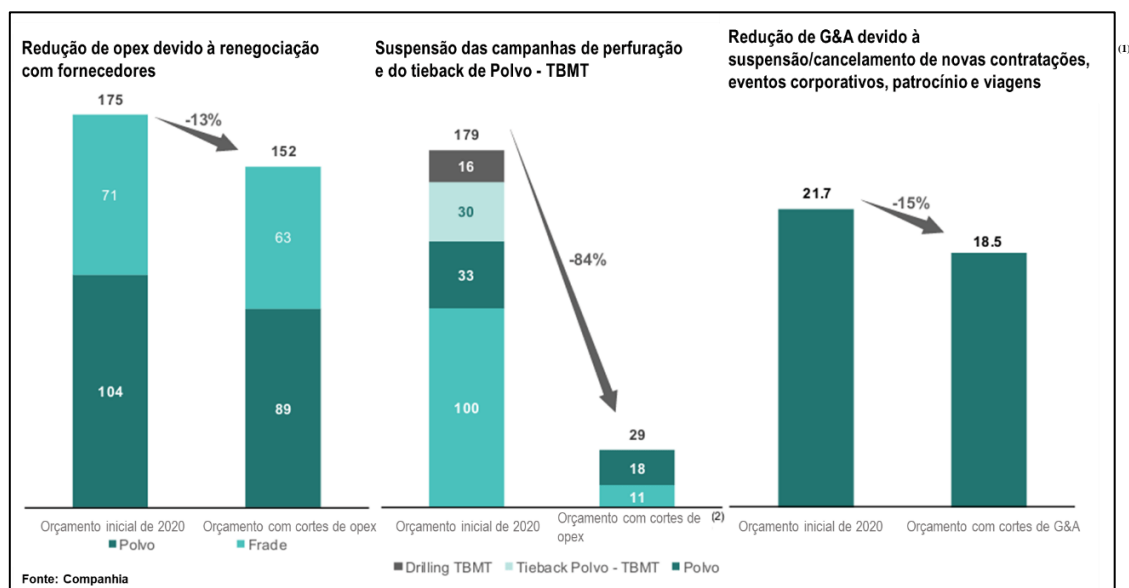
2.2 Resultados operacional e financeiro

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2019	2018
Preço médio do petróleo <i>brent</i> (US\$ por barril)	43,21	64,16	71,69
Taxa de câmbio média do real x US\$1,00	5,16	3,95	3,66
Produção (kboepd)	31,8	22,5	11,9
Reservas 2P (MMboe)	192,7	—	23,8

Em consequência do surto de COVID-19, e o resultado das medidas globais de contenção, além das ações realizadas pela OPEC, a Companhia enfrentou um aumento na oferta do setor, devido especialmente à oferta de petróleo e gás natural produzidos pela Arábia Saudita, em conjunto com uma significativa redução da demanda. Esses dois principais fatores fizeram com que houvesse um excedente de oferta no mercado de óleo e gás natural, tendo como resultado uma forte queda nos preços do petróleo no primeiro trimestre de 2020 (o preço do *brent* caiu mais de 55% entre dezembro de 2019 e março de 2020, segundo a administração da Companhia). Tendo em vista que os países membros da OPEC chegaram a um acordo, em abril de 2020, que previa cortar a produção de óleo e gás natural em resposta à redução da demanda e os constantes preços baixos do petróleo, além da reabertura gradual das economias e redução das medidas de distanciamento social durante este período, os preços do *brent* se recuperaram no valor de US\$ 43,13 por barril em 31 de julho de 2020.

Em virtude dessa volatilidade nos preços do petróleo relatada acima, a Companhia tomou uma série de medidas para mitigar qualquer possível efeito adverso, como adiar suas despesas de capital, incluindo suas campanhas de perfuração que estavam em andamento com relação ao Plano de Redesenvolvimento do Campo de Polvo e o Plano de Redesenvolvimento do Campo de Frade, além do *tieback* do Campo de Tubarão Martelo. A Companhia também reduziu as despesas operacionais e administrativas, entre outras medidas, como renegociações com fornecedores e redução de pessoal em terra (*onshore*) e diretores executivos (remuneração - 25% e 50%, respectivamente). A Companhia está monitorando de maneira contínua a situação para ajustar e adotar medidas adicionais, caso seja necessário.

O gráfico abaixo resume determinadas medidas que a Companhia tomou devido ao impacto da crise da COVID-19 no mercado. As despesas de capital e operacionais abaixo são relacionadas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 e não foram ajustadas para refletir a respectiva participação exploratória da Companhia nas propriedades relevantes:



Notas Explicativas:—

2.2 Resultados operacional e financeiro

- (1) *Não inclui pagamentos de bônus aos executivos. Para mais informações sobre a remuneração da Administração, vide item 8 deste Formulário de Referência.*
- (2) *Consideradas as despesas de capital previstas de abril a dezembro de 2020. Um adicional de US\$25 milhões foi empregado durante os três meses encerrados em 31 de março de 2020.*

O gás produzido no Campo de Manati foi vendido para o mercado por meio do Contrato de Offtake do Campo de Manati. O preço do gás vendido de acordo com esse contrato está definido em reais brasileiros e é ajustado anualmente de acordo com a inflação definida pelo Índice Geral de Preços – Mercado ou “IGPM”.

O petróleo produzido no Campo de Polvo é vendido em transações *spot* por meio de uma unidade Comercializadora, que tem sede em Luxemburgo, de acordo com o Contrato de Marketing Spot do Campo de Polvo, ou do celebrado com a PetroChina com o direito *right-to-match* de acordo com o Contrato de Marketing da PetroChina, que estará disponível durante o financiamento da ICBC.

O petróleo produzido no Campo de Frade é vendido em transações *spot* principalmente por meio de uma unidade de comercializadora, que tem sede em Luxemburgo.

(b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a receita operacional da Companhia foi composta primordialmente pela venda de óleo produzido nos Campos de Frade, Polvo e Tubarão Martelo, sendo impactada pela variação no preço do *brent*. Dos 12.286 mil de barris vendidos no ano pela Companhia, 6.900 mil foi produzida em Frade e a 5.386 mil no *cluster* Polvo e Tubarão Martelo, com preço médio bruto de US\$ 100,12, representando um aumento de 10,9 % no volume vendido pela Companhia em relação ao ano anterior. Além disso, a média da taxa de câmbio registrada nas vendas foi de 5,17 reais por dólar, um aumento de 0,4 % em relação ao ano anterior.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a receita operacional da Companhia foi composta primordialmente pela venda de óleo produzido nos Campos de Frade, Polvo e Tubarão Martelo, sendo impactada pela variação no preço do *brent*. Dos 11 milhões de barris vendidos no ano pela Companhia, metade foi produzida em Frade e a outra metade no *cluster* Polvo e Tubarão Martelo, com preço médio bruto de US\$ 74,19, representando um aumento de 23,5% no volume vendido pela Companhia em relação ao ano anterior. Além disso, a média da taxa de câmbio registrada nas vendas foi de 5,66 reais por dólar, um aumento de 5% em relação ao ano anterior.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional da Companhia foi composta primordialmente pela venda de óleo produzido nos Campos de Frade, Polvo e Tubarão Martelo, sendo impactada pela variação no preço do *brent*. Dos 8,9 milhões de barris vendidos, 4,9 milhões foram de Frade, 2,9 milhões de Polvo e 1,1 mil de Tubarão Martelo, representando um crescimento de 35% no volume vendido pela Companhia em relação ao mesmo período do ano anterior. Além disso, a média da taxa de câmbio, registrada nas vendas foi de 5,56 reais por dólar, um aumento de 40% em relação ao mesmo período do ano anterior.

(c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante:

A Companhia está exposta a riscos de mercado (taxas de juros e câmbio), de crédito e de liquidez, e tem como estratégia a realização de parte de seus investimentos em ativos de renda fixa e variável, transações envolvendo câmbio, juros, *swaps*, derivativos, *commodities* diversas e outros instrumentos financeiros, para fins especulativos, em diversos setores no Brasil e no exterior, a curto, médio e/ou longo prazo, a fim de maximizar a rentabilidade e buscar um maior retorno a seu acionista. Ao adotar essa estratégia, a Companhia está exposta aos riscos inerentes a tais

2.2 Resultados operacional e financeiro

investimentos, e à flutuação nos preços destes ativos, o que pode impactar negativamente o caixa da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia manteve a maioria de suas aplicações em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, a taxas pré-fixadas e em dólar americano com liquidez de até 12 meses, mas a maior parte com liquidez imediata, de forma que a Companhia conseguisse usar os recursos no curso normal de seu negócio e nas aquisições concluídas em janeiro de 2023.

Além disso, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou contratos de derivativos que visavam oferecer cobertura (*hedge*) contra os riscos de volatilidade dos preços de petróleo para as vendas de 2022, com a obtenção de um preço mínimo (*floor*) por barril de US\$ 75,00.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia manteve a maioria de suas aplicações em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, a taxas pré-fixadas e em dólar americano com liquidez de até 12 meses, mas a maior parte com liquidez imediata, de forma que a Companhia conseguisse usar os recursos no curso normal de seu negócio.

Além disso, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia celebrou contratos de derivativos que visavam oferecer cobertura (*hedge*) contra os riscos de volatilidade dos preços de petróleo para as vendas de 2021 e 2022, com a obtenção de um preço mínimo (*floor*) por barril de US\$ 66,25.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a Companhia manteve suas aplicações em títulos emitidos por instituições financeiras de primeira linha, as taxas pós fixadas, em sua maioria com liquidez diária, respeitando limites de concentração prudenciais.

Além disso, no quarto trimestre de 2020, a Companhia realizou contratos de derivativos que visavam oferecer cobertura (*hedge*) contra os riscos de volatilidade dos preços de petróleo para as vendas de 2020.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3. Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

(a) Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 são apresentadas em conformidade com práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, os Procedimentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*.

A Administração da Companhia monitora periodicamente os indicadores primários e secundários que definem a moeda funcional a ser utilizada.

Com o aumento gradativo de representatividade das operações em dólar, considerando a aquisição de novos campos, investimentos em novos poços que aumentam o faturamento, a tomada de dívidas em dólar, além de outros fatores analisados, a avaliação indicou que o dólar norte-americano é a moeda mais significativa nas transações, eventos e condições subjacentes e com isso, a Companhia alterou sua moeda funcional a partir de 1º de janeiro de 2022, data em que o dólar foi definido como moeda funcional da Companhia.

A taxa de conversão foi de R\$ 5,5805, e a conversão foi efetuada de maneira prospectiva, conforme item 35 do CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, não havendo assim necessidade de abertura de valores históricos anteriores aos da data da definição da moeda funcional. Os montantes resultantes da conversão, no caso dos itens não monetários, foram tratados como se fossem seus custos históricos.

Transações envolvendo ativos e passivos monetários, em moedas distintas da funcional, são convertidas para moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de liquidação ou pela taxa vigente ao final do período de apresentação. A variação cambial incorrida entre a data de registro inicial da transação e a data de liquidação ou apresentação das demonstrações financeiras é registrada no resultado do período.

Todas as controladas da Companhia tiveram a moeda funcional alterada para o dólar norte-americano a partir de 1º de janeiro de 2022, exceto a controlada PRIO Coral Exploração Petrolífera Ltda., que não atingiu os requisitos necessários para a alteração.

(b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Os pareceres das demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais de 2022, 2021 e 2020 foram divulgados sem qualquer ênfase ou ressalva.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022 não houve introdução ou alienação de segmentos operacionais pela Companhia, cujas controladas atualmente operam em um único segmento operacional: exploração e produção (E&P) de óleo e gás.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

A Companhia concluiu, em março de 2017, o processo de aquisição do controle da então Brasoil do Brasil Exploração Petrolífera S.A., empresa que atua substancialmente nos mesmos segmentos de negócios da Companhia, por R\$ 116 milhões.

Em 25 de março de 2019, 1º de outubro de 2019 e 5 de fevereiro de 2021, a Companhia concluiu, após cumpridas as condições precedentes e aprovações necessárias, a aquisição de 51,74%, 18,26% e 30%, respectivamente, de participação na concessão do Campo de Frade, nos ativos operacionais do Campo, e assumiu a operação do Campo.

Adicionalmente, em 3 de fevereiro de 2020, a Companhia assinou contrato para a aquisição de 80% do Campo de Tubarão Martelo, bem como a operação do Campo, detidos integralmente pela Dommo Energia S.A. ("Dommo Energia"). Em 3 de agosto de 2020, após as aprovações do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica e da ANP – Agência Nacional de Petróleo, ocorreu a conclusão da aquisição, com a Companhia assumindo a operação do Campo e incrementando em aproximadamente 17 milhões de barris em reservas provadas desenvolvidas.

Em 19 de novembro de 2020, foi assinado contrato com a BP Energy do Brasil Ltda. para a aquisição das participações de 35,7% no Bloco BM-C-30 ("Campo de Wahoo" ou "Wahoo"), e de 60% no Bloco BM-C-32 ("Campo de Itaipu" ou "Itaipu"). Em 17 de junho de 2021, a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") aprovou a cessão das participações de 35,7% no Campo de Wahoo, e de 60% no Campo de Itaipu para a Companhia, que se tornou a operadora de ambos os campos de pré-sal.

O Campo de Wahoo, com descoberta de óleo em 2008 e teste de formação realizado em 2010, se encaixa na estratégia de geração de valor da Companhia. Com o desenvolvimento do campo, a Companhia formará mais um *cluster* de produção, e compartilhará toda a infraestrutura com o Campo de Frade (inclusive o FPSO), possibilitando assim a captura de diversas sinergias resultando em mais uma forte e sustentável redução de *lifting cost*, com esforço para manter sempre os mais altos padrões de segurança e eficiência.

O pagamento da transação foi composto por uma parcela fixa de US\$ 100 milhões, dividida em 5 pagamentos (US\$ 17,5 milhões divididos entre a assinatura e a conclusão da transação; US\$ 15 milhões em dezembro de 2021).

Com essa aquisição a Companhia acredita que faz mais um importante movimento estratégico e consolida ainda mais seu modelo de negócios que incluem a formação de *clusters* de produção através de *tieback*, redensolvimento de campos, e otimização operacional, sempre dentro do que a Companhia acredita ser os mais altos níveis de eficiência e segurança.

Em 4 de março de 2021, foi assinado contrato com a Total E&P do Brasil Ltda. para a aquisição da participação de 28,6% no Bloco BMC-30. Em 8 de julho de 2021, a ANP aprovou a cessão da participação de 28,6% no Campo de Wahoo para a Companhia, que passou a deter 64,3% do campo.

Em 28 de abril de 2022, a Companhia assinou Contrato de Compra e Venda com a Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras") para aquisição de participação de 90% e operação do Campo de Albacora Leste. A parcela fixa da transação foi de US\$ 1.951 milhões, sendo US\$ 293 milhões

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

pagos na assinatura do contrato, e o remanescente pago em 26 de janeiro de 2023, data da conclusão da transação.

Em 26 de setembro de 2022, a Companhia assinou contrato com a Total Energies E&P Brasil Ltda. para a aquisição da participação de 40% do Campo de Itaipu. Somada à parcela de 60% de Itaipu adquirida da BP Energy do Brasil Ltda. em 17/06/2021, a participação da Companhia na concessão passará a ser de 100% quando concluída a transação, sujeita ao atendimento de condições precedentes. O valor a ser pago é de US\$ 75.000 (setenta e cinco mil dólares) na conclusão da transação. E outros US\$ 26.925.000 (vinte e seis milhões e novecentos e vinte e cinco mil dólares) serão pagos após a definição do destino de Itaipu.

Em 3 de novembro de 2022, foi assinado acordo com a Gas Bridge Storage S.A. ("Gas Bridge"), para a alienação da participação de 10% detida pela Companhia no Campo de Manati. O valor total da transação é de R\$ 124 milhões e inclui a transferência de todas as responsabilidades da Companhia no referido Campo, incluindo a sua participação em seu abandono. A transação está sujeita ao atendimento de condições precedentes.

(c) Eventos ou operações não usuais.

Em fevereiro de 2020, a Companhia assinou contrato para a aquisição da embarcação FPSO OSX-3, construído em 1989 como navio tanque e convertido em FPSO em 2013, com capacidade de processamento de 100 mil barris de óleo por dia e armazenagem de 1,3 milhão de barris, no valor de US\$ 140 milhões, com parte dos recursos (US\$ 100 milhões) sendo financiado pela Prisma Capital, bem como a aquisição de 80% do Campo de Tubarão Martelo e a sua operação, detidos integralmente pela Dommo Energia.

Esta aquisição em conjunto com a participação no Campo de Tubarão Martelo proporciona à Companhia a redução dos custos operacionais do Campo de Polvo e a extensão da vida útil econômica dos dois campos, aumentando a geração de caixa da Companhia.

Em outubro de 2022, a Assembleia Geral da Companhia aprovou a celebração de Protocolo e Justificação de Incorporação de Ações da Dommo Energia, operação esta que foi concluída em 9 de janeiro de 2023, de forma que a Dommo Energia passou a ser subsidiária integral da Petro Rio OPCO Exploração Petrolífera S.A. ("Petro Rio OPCO")

Os acionistas da Dommo Energia puderam optar pelo recebimento de ações preferenciais imediatamente resgatáveis, mediante a entrega de R\$1,85, ou de ações preferenciais imediatamente resgatáveis, mediante a entrega de ações de emissão da Companhia (na proporção de 0,05 ação da Companhia para cada uma ação preferencial).

A combinação de negócios entre a Companhia e Dommo Energia baseia-se em fundamentos estratégicos das companhias.

As operações de incorporação da Dommo Energia, em conjunto com a aquisição do FPSO OSX-3 anteriormente descrita, fazem parte do seu plano de integração junto ao campo de Polvo, buscando sinergias significativas, redução de custos, extensão da vida econômica destes campos e menores emissões com vistas à sua operação integrada.

A Dommo Energia detém 5% da receita da produção do *cluster* de Polvo e Tubarão Martelo, de forma que, em continuidade ao referido projeto, a transação permite a Companhia maior captura de ganhos de sinergias e a redução de custos operacionais relacionados aos campos de Polvo e Tubarão Martelo, já operados pela Companhia.

2.5 Medições não contábeis

2.5. Medições não contábeis

(a) informar o valor das medições não contábeis

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxation, Depreciation and Amortization*), sigla em inglês para denominar LAJIDA (Lucro Antes de Juros, Imposto de renda e contribuição social, Depreciação e Amortização) é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 156"), e consiste no lucro líquido ajustado pelas despesas de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, pelo resultado financeiro líquido e pelas despesas com depreciação e amortização, conciliada com as demonstrações financeiras consolidadas e informações financeiras consolidadas intermediárias da Companhia.

O EBITDA Ajustado é uma medição não contábil elaborada pela Companhia e corresponde ao EBITDA ajustado pela rubrica de "*Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas*" apresentada na Demonstração do Resultado e os impactos do CPC 06 (R2) / IFRS 16 no resultado ("EBITDA Ajustado"). Como na linha de "*Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas*" houve registro da depreciação do FPSO OSX-3 no período findo em 30 de setembro de 2020, esta despesa de depreciação foi retirada do cálculo do EBITDA Ajustado já que está incluída no cálculo do EBITDA. Para o cálculo do EBITDA, os impactos do IFRS 16 (juros, ajuste a valor presente e depreciação) já são excluídos pela natureza dos mesmos. O que é feito no EBITDA Ajustado é retornar com a despesas de aluguel que pelo IFRS 16 deixou de compor o custo da Companhia, alterando o EBITDA de forma artificial

A Margem EBITDA é calculada pelo EBITDA dividido pela receita líquida consolidada. A Margem EBITDA Ajustado é calculada da mesma forma, alterando para o EBITDA Ajustado.

O EBITDA e a Margem EBITDA, assim como o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado, não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ("BR GAAP") nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro – *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), não representam o fluxo de caixa para os períodos apresentados, e não devem ser consideradas como base para distribuição de dividendos, alternativa para o lucro (prejuízo) líquido, como indicador do desempenho operacional, como substituto ao fluxo de caixa ou, ainda, como indicador de liquidez. O EBITDA, a Margem EBITDA, o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado não possuem significado padrão e, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes divulgadas por outras companhias. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 (então Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009) por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM 156. A Companhia utiliza o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado como indicadores adicionais de seu desempenho operacional.

Em 1º de janeiro de 2019, entrou em vigor a nova norma que regula o tratamento contábil das Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16/ CPC 06(R2)) emitida pelo IASB e CPC, respectivamente. Para a implementação de tal norma, a Companhia adotou o método retrospectivo modificado simplificado, com efeito cumulativo na data de adoção. O EBITDA e Margem EBITDA das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 refletem os efeitos da adoção desta norma, com um aumento das despesas com depreciação do direito de uso, juros pela atualização do passivo de arrendamento, bem como redução das despesas com aluguéis.

A tabela abaixo apresenta o EBITDA, Margem EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

2.5 Medições não contábeis

(em R\$ mil, exceto %)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Medições não contábeis	2022	2021	2020
EBITDA ¹	4.918.092	3.002.714	1.786.548
Margem EBITDA ²	77%	68%	94,00%
EBITDA Ajustado	4.779.091	3.068.091	876.689
Margem EBITDA Ajustado	75%	70% %	46,04%

(1) Inclui os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2)

(2) Margem EBITDA calculada pela divisão do EBITDA pela receita líquida.

Dívida Líquida

A dívida líquida da Companhia é uma medida não contábil calculada conforme prática do mercado, sendo possível ser conciliada com as demonstrações contábeis da Companhia, a qual é composta pelo saldo de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante) (endividamento bruto), descontada de caixa e equivalentes de caixa da Companhia, além de títulos e valores mobiliários e caixa restrito.

A tabela abaixo apresenta a dívida líquida da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(em R\$ mil)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
Medições não contábeis	2022	2021	2020
Dívida (Caixa) Líquida	(1.891.563)	(1.342.945)	1.027.657

(b) conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas ou informações financeiras intermediárias revisadas

EBITDA e Margem EBITDA

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA e da Margem EBITDA da Companhia nos três últimos exercícios sociais:

Reconciliação do EBITDA e Margem EBITDA	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
R\$ mil	2022	2021	2020
Lucro (Prejuízo) Líquido	3.427.072	1.333.046	452.913
(+) Depreciação/Amortização	854.256	871.135	843.801
(+/-) Resultado Financeiro	254.393	622.322	458.668
(+/-) Imposto de renda e contribuição social	234.748	166.075	31.167
EBITDA	4.770.469	2.992.578	1.786.549
Receita Líquida	6.363.475	4.396.003	1.904.185
Margem EBITDA	74,97%	68,07%	93,82%

EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

A tabela abaixo apresenta a reconciliação do EBITDA Ajustado e da Margem EBITDA Ajustado da Companhia nos três últimos exercícios sociais:

2.5 Medições não contábeis

Reconciliação do EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado.	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
R\$ mil	2022	2021	2020
EBITDA	4.770.469	2.992.578	1.786.548
(+/-) Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	(26.570)	75.562	(663.437)
(+) Despesa de depreciação do FPSO OSX-3	-	-	(28.917)
(+/-) Efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06-R2)	(122.620)	(214.546)	(217.504)
EBITDA Ajustado	4.621.279	2.853.594	876.690
Receita Líquida	6.363.475	4.396.003	1.904.185
Margem EBITDA Ajustado	72,62%	64,91%	46,04%

Dívida Líquida

A tabela abaixo apresenta uma reconciliação da Dívida Líquida da Companhia em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

Reconciliação da Dívida Líquida	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
R\$ mil	2022	2021	2020
Empréstimos e financiamentos – circulante	393.258	553	1.519.966
Empréstimos e financiamentos – não circulante	5.248.108	3.307.368	389.753
Debêntures - circulante	40.514	-	-
Debêntures - não circulante	2.039.518	-	-
Dívida Bruta	7.721.398	3.307.921	1.909.719
Caixa e equivalentes de caixa	(9.612.961)	(970.681)	(809.273)
Títulos e Valores mobiliários	-	(3.680.185)	(22.793)
Caixa Restrito	-	-	(49.996)
Caixa Total	(9.612.961)	(4.650.866)	(882.062)
Dívida Líquida (Caixa)	(1.891.563)	(1.342.945)	1.027.657

(c) motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

EBITDA, EBITDA Ajustado, Margem EBITDA e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA e a margem EBITDA são os indicadores financeiros utilizados para avaliar o resultado da Companhia sem a influência de sua estrutura de capital, de efeitos tributários do imposto de renda e contribuição social e outros impactos contábeis como a depreciação e amortização, as quais não possuem reflexo direto no fluxo de caixa da Companhia, assim como o EBITDA Ajustado e a Margem EBITDA Ajustado, que expurgam os efeitos não recorrentes do resultado da Companhia que são registrados na linha "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado, despesa de depreciação do FPSO OSX-3 e os efeitos da adoção do IFRS 16 (CPC 06 R2) no resultado da Companhia.

A Companhia acredita que a utilização destes indicadores como medida de desempenho financeiro pode ser mais apropriada para a compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações, além de permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento.

Dívida Líquida

O indicador de Dívida Líquida é amplamente utilizado por analistas e investidores, em conjunto com outros indicadores, para avaliar a saúde financeira das companhias e a capacidade de

2.5 Medições não contábeis

pagamento destas.

Além disso, a Companhia entende que o endividamento líquido é medição que contribui para a compreensão de sua condição financeira, uma vez que mede o nível de alavancagem financeira.

A Companhia ressalta que o endividamento líquido é apenas informação adicional às suas demonstrações contábeis. Considerando que o endividamento líquido não é medida contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), não deve ser utilizada como substituto para o fluxo de caixa.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6. Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas pelo Conselho de Administração e emitidas em 1º de março de 2023 e aprovadas na Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de abril de 2023.

Conclusão da incorporação de ações da Dommo Energia

A Companhia concluiu no dia 09 de janeiro de 2023 o processo de incorporação de 100% das ações da Dommo Energia S.A. Nesta data, todas as ações da Dommo Energia foram transferidas para a Petro Rio OPCO, em troca de ações Preferenciais A que foram resgatadas no mesmo dia por ações PRIO3, e Preferenciais B, resgatadas no dia 13 de janeiro de 2023.

Eventuais frações de Opções de Compra de PRIO3 serão agrupadas em números inteiros para, em seguida, serem adquiridas pela Petro Rio OPCO pelo valor de R\$ 6,39 por cada Opções de Compra de PRIO3. Os valores pagos pela Petro Rio OPCO no âmbito da referida aquisição serão disponibilizados, líquidos de taxas e eventuais impostos, aos titulares de bônus de subscrição de emissão de Dommo Energia titulares das respectivas frações, proporcionalmente à sua participação em cada Opções de Compra de PRIO3 adquirida pela Petro Rio OPCO.

Conclusão da aquisição de participação no Campo de Albacora Leste

A Companhia divulgou em 26 de janeiro de 2023, o pagamento referente à aquisição de participação de 90% do Campo de Albacora Leste ("Campo" ou "Albacora Leste") com a Petrobras. A partir desta data, após a finalização dos trâmites formais, a Companhia assume a operação do ativo.

A parcela fixa da transação foi de US\$ 1.951 milhões (R\$ 10.180 milhões), sendo US\$ 293 milhões (R\$ 1.528 milhões) pagos na assinatura do contrato, 28 de abril de 2022, e o remanescente pago em 26 de janeiro de 2023, corrigido pelos devidos ajustes de preço. Adicionalmente, poderá ser feito um pagamento adicional (*earnout*) de até US\$ 250 milhões, a depender das cotações futuras do petróleo tipo *brent*.

Albacora Leste fica localizado em lâmina d'água de 1.200 metros, no norte da Bacia de Campos, a 23 km do campo de Frade. Descoberto em 1986, o campo teve seu *first oil* em 1998 e atualmente conta com uma produção de aproximadamente 32 kbbl/d (média dos últimos 30 dias), sendo 27,2 kbbl/d líquidos para a Companhia, de API 19º e com baixo teor de enxofre, através de seus 10 poços produtores e 6 poços injetores em operação atualmente.

De acordo com a Certificação de Reservas, solicitada pela Companhia e elaborada pela DeGolyer & MacNaughton, na data base de outubro de 2022, o campo possuía uma reserva economicamente recuperável 1P de aproximadamente 280 milhões de barris, sendo, líquido para a PRIO, uma reserva superior a 240 milhões de barris, com previsão de abandono posterior a 2050. As estimativas consideram uma cotação de longo prazo de US\$ 60 por barril de petróleo.

Aumento de Capital

Em 02 de janeiro de 2023, foi homologado pelo Conselho de Administração o aumento de capital da Companhia, decorrente da emissão de ações pelo exercício de opções de ações outorgadas aos colaboradores, no valor de R\$ 33.143.584,56, com a emissão de 4.582.762 novas ações ordinárias.

2.7 Destinação de resultados

2.7. Política de destinação dos resultados

	2022	2021	2020
a. regras sobre retenção de lucros	<p>Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2022, o estatuto social da Companhia previa a seguinte regra de destinação após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda e contribuição social: (i) 5% à constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) reservas para contingências, por proposta dos órgãos da administração; (iii) parcela destinada ao pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório e, caso este ultrapasse a parcela do lucro do exercício, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar, por proposta dos órgãos da administração; (iv) uma parcela poderá ser retida com base em orçamento de capital, por proposta dos órgãos da administração; e (v) constituição de reserva de lucros estatutária denominada reserva de investimentos, a qual será formada com 35% até 100% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo não poderá ultrapassar o valor equivalente a 80% do capital social subscrito.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2021, o estatuto social da Companhia previa a seguinte regra de destinação após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda e contribuição social: (i) 5% à constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) reservas para contingências, por proposta dos órgãos da administração; (iii) parcela destinada ao pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório e, caso este ultrapasse a parcela do lucro do exercício, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar, por proposta dos órgãos da administração; (iv) uma parcela poderá ser retida com base em orçamento de capital, por proposta dos órgãos da administração; e (v) constituição de reserva de lucros estatutária denominada reserva de investimentos, a qual será formada com 35% até 75% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo não poderá ultrapassar o valor equivalente a 80% do capital social subscrito.</p>	<p>Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia adotava como política de retenção de lucros as previsões contidas em seu estatuto social e na Lei das Sociedades por Ações, autorizando a assembleia geral a, por proposta da administração, deliberar reter parcela de lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital previamente aprovado pela assembleia geral.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2020, o estatuto social da Companhia previa a seguinte regra de destinação após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda e contribuição social: (i) 5% à constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social; (ii) reservas para contingências, por proposta dos órgãos da administração; (iii) parcela destinada ao pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório e, caso este ultrapasse a parcela do lucro do exercício, o excesso poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar, por proposta dos órgãos da administração; (iv) uma parcela poderá ser retida com base em orçamento de capital, por proposta dos órgãos da administração; e (v) constituição de reserva de lucros estatutária denominada reserva de investimentos, a qual será formada com 35% até 75% do lucro líquido que remanescer após as deduções legais e estatutárias e cujo saldo não poderá ultrapassar o valor equivalente a 80% do capital social subscrito.</p>

2.7 Destinação de resultados

a.i. valores das retenções de lucros	Não aplicável	Não aplicável.	Não aplicável, uma vez que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o lucro líquido da Companhia, no montante de R\$ 452.913 mil, foi destinado à dedução de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.
a.ii. percentuais em relação aos lucros totais declarados	Não aplicável	Não aplicável.	Não aplicável, uma vez que, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020, o lucro líquido da Companhia foi destinado à dedução de prejuízos acumulados de exercícios anteriores.
b. regras sobre distribuição de dividendos	Em 31 de dezembro de 2022, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 0,001% do lucro líquido do exercício social ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.	Em 31 de dezembro de 2021, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 0,001% do lucro líquido do exercício social ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.	Em 31 de dezembro de 2020, o estatuto social da Companhia previa que os acionistas teriam direito de receber como dividendo obrigatório, naquele exercício, quantia equivalente a, no mínimo, 0,001% do lucro líquido do exercício social ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Em 31 de dezembro de 2022, era garantido aos acionistas a distribuição anual de dividendos, conforme no disposto no item b acima.	Em 31 de dezembro de 2021, era garantido aos acionistas a distribuição anual de dividendos, conforme no disposto no item b acima.	Em 31 de dezembro de 2020, era garantido aos acionistas a distribuição anual de dividendos, conforme no disposto no item b acima.
	Sem prejuízo, o Conselho de Administração poderia declarar dividendos intermediários, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais. O Conselho de Administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços extraordinários, semestrais ou em períodos menores, e distribuir dividendos, desde que o valor total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não excedesse o montante das	Sem prejuízo, o Conselho de Administração poderia declarar dividendos intermediários, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais. O Conselho de Administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços extraordinários, semestrais ou em períodos menores, e distribuir dividendos, desde que o valor total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não excedesse o montante das	Sem prejuízo, o Conselho de Administração poderia declarar dividendos intermediários, à conta dos lucros acumulados ou de reservas de lucros, apurados em demonstrações financeiras anuais ou semestrais. O Conselho de Administração poderia, ainda, determinar o levantamento de balanços extraordinários, semestrais ou em períodos menores, e distribuir dividendos, desde que o valor total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não excedesse o montante das

2.7 Destinação de resultados

	reservas de capital de que tratam o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.	reservas de capital de que tratam o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.	reservas de capital de que tratam o artigo 182, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Salvo pelo disposto na Lei das Sociedades por Ações e pelo estatuto social da Companhia, a Companhia não possuía restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação, por contratos ou decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. política de destinação de resultados	Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados. A despeito disso, a Proposta de Destinação dos Resultados referente ao exercício findo em dezembro de 2022 refletiu o que segue: Do lucro líquido do exercício, no montante de R\$ 3.427.071.726, foram destinados o montante de R\$ 171.353.586,32 para a constituição de reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício. No que diz respeito ao dividendo mínimo obrigatório estatutário, equivalente a, no mínimo, 0,001% do lucro líquido do exercício social, foi distribuído o montante de R\$ 32.557,18, tendo sido destinado este valor para a reserva de lucros a realizar. Adicionalmente, como o estatuto social da Companhia previa a manutenção de Reserva de Investimentos, foi destinado a este fim, o montante de R\$ 3.255.685.582,85	Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados. A despeito disso, a Proposta de Destinação dos Resultados referente ao exercício findo em dezembro de 2021 refletiu o que segue: Do lucro líquido do exercício, correspondente a R\$ 1.333.046.107,48, foram deduzidos os prejuízos acumulados (na ordem de R\$ 1.077.664.461,10), e destinado o montante de R\$ 12.769.082,32 para a constituição de reserva legal, correspondente a 5% do lucro líquido do exercício. No que diz respeito ao dividendo mínimo obrigatório estatutário, equivalente a, no mínimo, 0,001% do lucro líquido do exercício social, foi distribuído o montante de R\$ 2.426,13, tendo sido destinado o montante corresponde a R\$ 60.652.960,61 para reserva de lucros a realizar. Tendo em vista que o estatuto social da Companhia previa a manutenção de Reserva de Investimentos, foi destinado o montante de R\$ 181.957.603,45 à reserva.	Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possuía política específica que tratasse sobre destinação de resultados.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: (i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos; (ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; (iii) contratos de construção não terminada; e (iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não há operações ativas e passivas, de qualquer natureza, que já não estejam registradas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, bem como nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, bem como nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9. Itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável, pois todos os itens relevantes estão evidenciados nas demonstrações contábeis da Companhia relativas ao último exercício social.

2.10 Planos de negócios

2.10. Plano de negócios

(a) Investimentos, incluindo:

(i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Após a bem-sucedida campanha de perfuração de Polvo em 2018, a Companhia aproveitou as informações relevantes obtidas para a definição dos principais alvos da Fase 3 do Plano de Revitalização, que consistiu em uma nova campanha de perfuração em 2019 ("Campanha de Perfuração de 2019"). Para esta campanha foram mapeados 22 prospectos com potencial petrolífero, dos quais a Companhia esperava perfurar até quatro prospectos em 2019, mantendo 18 prospectos para campanhas futuras ("3ª Fase da Campanha de Revitalização de Polvo").

Para dar início à Campanha de Perfuração de 2019 (Fase 3), foi concluída a manutenção da sonda de perfuração de propriedade da Companhia. Esta manutenção incluiu um major *overhaul* de alguns equipamentos, contribuindo para o aumento da integridade e confiabilidade da unidade e possibilita uma operação mais segura. A Companhia confirmou, por meio da perfuração de poço piloto, a presença de óleo em dois reservatórios carbonáticos (prospectos Ipanema e Leblon) na Formação Quissamã e um reservatório arenítico na Formação Emborê, do Eoceno. A Companhia concluiu um poço produtor no reservatório carbonático de Ipanema, com net pay estimado de 76 metros, cujo óleo apresentou viscosidade acima do esperado. A Companhia concluiu dois poços produtores, um no reservatório carbonático do prospecto Ipanema (POL-N) e um no reservatório arenítico do prospecto Praia do Forte (POL-L).

Em 2020, a Companhia iniciou a produção do poço POL-L, no Eoceno, e verificou uma vazão inicial superior a 2.500 barris por dia, o que representa um incremento de quase 30% na produção do Campo de Polvo, que voltou a apresentar uma produção diária próxima aos 11.000 barris por dia nos primeiros dias de produção do poço.

As reservas da Companhia também foram positivamente impactadas pelo sucesso da campanha. A Companhia estima que o poço POL-L possa ter agregado cerca de 3 milhões de barris de óleo recuperável e o custo total da 3ª Fase da Campanha de Revitalização de Polvo tenha sido de aproximadamente US\$ 20 Milhões.

No dia 3 de fevereiro de 2020, a Companhia assinou contratos compreendendo a aquisição (i) da embarcação OSX-3, por US\$ 140 milhões; e (ii) de 80% do Campo de Tubarão Martelo, onde a embarcação OSX-3 encontrava-se afretada.

No dia 14 de julho de 2021, a Companhia anunciou a conclusão do *tieback* entre os campos de Polvo e Tubarão Martelo, tornando a Companhia a primeira empresa independente a criar um polo privado de produção de campos maduros na região da Bacia de Campos.

O projeto de interligação entre a Plataforma Polvo-A e o FPSO Bravo, que teve duração total de 11 meses e custo de US\$ 45 milhões, possibilitou uma redução de custos operacionais da ordem de US\$ 50 milhões por ano para a Companhia, correspondentes ao valor de *leasing* do FPSO Polvo, anteriormente afretado ao campo e operado pela BW Offshore, e gastos com manutenção e diesel. O custo total de operação do cluster, que estava em cerca de US\$ 120 milhões por ano, será reduzido a aproximadamente US\$ 70 milhões por ano.

A redução dos custos absolutos do novo *cluster* permitirá que mais óleo seja recuperado nos reservatórios, durante um maior período, aumentando consideravelmente o fator de recuperação dos campos. De acordo com o relatório de certificação de reservas da DeGolyer and MacNaughton, publicado em 2022, o *cluster* tem vida econômica até 2034 (ao considerarmos as reservas provadas 1P).

2.10 Planos de negócios

A distância do *tieback* entre a plataforma Polvo-A e o FPSO Bravo é de 11 quilômetros, compreendendo 22 quilômetros de linhas instaladas, entre a linha de produção (*flowline*) e umbilical elétrico. Na fase final do projeto, foram realizadas duas paradas programadas, de 10 dias em Polvo e 7 dias em Tubarão Martelo, para adequações no sistema elétrico, nas linhas de produção e no processamento de óleo e água produzida.

O sucesso na implementação desse projeto, de grande relevância para a estratégia da Companhia, demonstra grande capacidade de execução e pontualidade de seus times de projetos operacionais, que se mostram aptos para implementar os projetos futuros, como a Revitalização de Frade, o desenvolvimento de Wahoo e o projeto de interligação de Frade e Wahoo.

Em 2022, a Companhia iniciou a execução do Plano de Revitalização do Campo de Frade, que busca aumentar o fator de recuperação do ativo e atender às condições da ANP para a extensão da concessão até 2041. A primeira fase do projeto se iniciou em abril de 2022, e o primeiro poço produtor, o ODP4, iniciou sua produção em julho de 2022, com produção inicial estabilizada de aproximadamente 15.000 barris de óleo por dia, bastante superior às previsões iniciais, dobrando a produção do campo de Frade. Em seguida, foi perfurado o poço MUP3A, que entrou em produção em agosto, com produção inicial média de aproximadamente 3.500 barris de óleo por dia. Ainda na primeira fase, foram perfurados dois poços injetores no ano. Após o resultado bem-sucedido da primeira fase, a Companhia adiantou a segunda fase do Plano, que foi iniciada no final de 2022.

(ii) Fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de financiamento dos investimentos são formadas pelos contratos de financiamento descritos no item 2.1(b) deste Formulário de Referência (*Estrutura de Capital*).

A Companhia acredita que os contratos de financiamento (bancários e com o mercado de capitais) e o relacionamento com os principais bancos nacionais e estrangeiros são primordiais para fazer frente aos investimentos planejados nos seus ativos e em potenciais novas aquisições, reduzindo o custo de capital para os projetos já iniciados, aumentando o prazo médio dos passivos e contribuindo para a otimização da estrutura de capital da Companhia.

(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 5 de novembro de 2020, foi assinado acordo com a Gas Bridge, para a alienação da participação de 10% detida pela Companhia no Campo de Manati.

Em 19 de abril de 2022, a Companhia comunicou formalmente à Gas Bridge o encerramento do acordo de alienação da participação de 10% do Campo de Manati, uma vez que as condições precedentes não foram cumpridas dentro do prazo previsto em contrato.

Em 3 de novembro de 2022, a Companhia assinou novo contrato com a Gas Bridge para a venda de sua participação de 10% no Campo de Manati. Ao contrário da transação anterior, assinada em 05 de novembro de 2020, e que não foi concluída, esta não depende de nenhuma transação da contraparte com outros consorciados. A transação está sujeita ao atendimento de condições precedentes, sendo certo que a data efetiva da venda foi acordada em 1 de dezembro de 2022.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não aplicável, tendo em vista que não foram adquiridas plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(c) Novos produtos e serviços, indicando: i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas; ii. montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços; iii. projetos em desenvolvimento já

2.10 Planos de negócios

divulgados; iv. montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não há novos produtos e serviços que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios da Companhia relacionadas a questões ASG

A maior oportunidade é o desenvolvimento da produção de Wahoo pelo FPSO Frade reduzindo consideravelmente as emissões relativas das operações da empresa, que é o principal tema da companhia relacionado às questões ASG.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11. Outros fatores com influência relevante

Não existem outros fatores com influência relevante que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado:

5.1.1 – Gerenciamento de riscos

a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política;

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada, cuja proposta foi apreciada pelo Comitê de Auditoria Estatutário e aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2022.

Ressalta-se que a Política de Gerenciamento de Riscos, bem como o Código de Ética e Conduta, a Política Anticorrupção, a Política de Prevenção e Combate à Lavagem e Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo, e as demais políticas e regimentos estão disponíveis no website: <https://ri.prio3.com.br/>.

b) Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo: (i) os riscos para os quais se busca proteção; (ii) os instrumentos utilizados para proteção; (iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos;

A Companhia continuamente monitora os riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referência, com o objetivo de acompanhar os níveis de tolerância e a execução da estratégia planejada pela Administração.

A Política de Gerenciamento de Riscos estabelece os princípios, diretrizes e responsabilidades que devem ser observados em todos os processos inerentes às atividades da Companhia, por meio da identificação, análise, priorização, abordagem de tratamento, monitoramento e a comunicação dos riscos que podem afetar o alcance e a execução do plano estratégico. Assim, a Companhia está comprometida com o gerenciamento de riscos e tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. Neste sentido, o modelo de gerenciamento de riscos praticado na Companhia tem como base o conceito de três linhas do Instituto dos Auditores Internos (IIA), por meio do qual cada ente da organização tem papéis definidos em seu processo de gestão dos riscos.

Os papéis e responsabilidade se dividem da seguinte forma:

Conselho de Administração

- Aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos, bem como suas alterações oriundas das revisões;
- Definir o perfil de risco da Companhia;
- Avaliar a adequação da função de riscos de forma a assegurar a efetividade desta Política;
- Assegurar a efetividade e acompanhar o cumprimento do processo de gerenciamento de riscos da Companhia; e
- Assegurar a autoridade, autonomia, independência e responsabilidade da função de riscos.

Comitê de Ética e Compliance

- Validar e aprovar a régua de impacto e probabilidade;
- Aprovar as diretrizes do processo de gestão de riscos corporativos, incluindo a matriz de riscos identificados;
- Assegurar o cumprimento da matriz de alçadas para a assunção dos riscos;
- Apoiar a disseminação da cultura de gestão de riscos;
- Avaliar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos corporativos;
- Acompanhar os planos de ação de tratamento dos riscos;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Receber reporte da função de riscos para avaliar periodicamente a matriz dos riscos corporativos priorizados e ações mitigatórias estabelecidas; e
- Assessorar o Conselho de Administração na avaliação e monitoramento periódico do portfólio de riscos corporativos.

Diretoria Executiva

- Participar do processo de gestão de riscos corporativos e assegurar que esteja alinhado às práticas da Companhia e às boas práticas de mercado;
- Assegurar a adequação dos recursos humanos e financeiros destinados à gestão de riscos corporativos;
- Disseminar a cultura da gestão de riscos para toda a Companhia;
- Apreçar eventuais alterações nas disposições da Política de Gerenciamento de Riscos;
- Participar do processo de construção e atualização do portfólio de riscos corporativos;
- Contribuir com a avaliação dos riscos, conforme os critérios de impacto e probabilidade estabelecidos;
- Apoiar na definição dos proprietários dos riscos corporativos;
- Aprovar o portfólio e indicar os riscos a serem priorizados;
- Assegurar o *enforcement* para que os proprietários dos riscos atuem adequadamente na avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos corporativos;
- Avaliar os planos de ação a serem capitaneados pelos proprietários dos riscos corporativos priorizados; e
- Aprovar o processo de assunção de responsabilidade relacionado aos riscos significativos e altos após o aceite do Comitê de Ética e Compliance.

Função de Riscos

- Desenvolver, sugerir e revisar diretrizes para o processo de gestão de riscos corporativos da Companhia;
- Elaborar e manter atualizada a Política de Gerenciamento de Riscos;
- Acompanhar a implementação da Política de Gerenciamento de Riscos por toda a Companhia;
- Elaborar e realizar o plano de trabalho, incluindo orçamento, recursos (humanos e tecnológicos) e prazos, a fim de viabilizar a execução do processo de gestão de riscos corporativos de maneira eficiente;
- Auxiliar na adequação das áreas ao perfil de risco da Companhia;
- Promover a interface entre o processo de gerenciamento de riscos e de atualização da estratégia de negócios;
- Desenvolver ações de comunicação e treinamento visando disseminar a cultura de gestão de riscos corporativos por toda a Companhia;
- Fornecer apoio metodológico para a gestão dos riscos corporativos às áreas da Companhia;
- Receber e consolidar eventuais mudanças na criticidade dos riscos corporativos e reportá-las à Diretoria Executiva, Comitê de Ética e Compliance e ao Conselho de Administração;
- Monitorar e consolidar os status dos planos de ação e indicadores de risco (KRIs), enviados pelos proprietários dos riscos corporativos e emitir reportes periódicos à Diretoria Executiva, ao Comitê de Ética e Compliance e ao Conselho de Administração; e
- Propor a revisão do portfólio de riscos corporativos sempre que houver atualizações no planejamento estratégico.

Função de Controles Internos

- Atuar no aprimoramento contínuo do ambiente de controles internos da Companhia;
- Atuar em conjunto com a função de gestão de riscos no apoio aos proprietários de risco;
- Disseminar a cultura de controles internos na Companhia por meio de treinamentos e comunicações direcionadas;
- Mapear os processos internos da Companhia conforme o grau de exposição a riscos, trabalhando junto aos proprietários dos riscos e demais gestores na construção de matrizes de controles;
- Auxiliar no processo de avaliação dos riscos, especialmente no que tange à identificação dos controles internos existentes;

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- Suportar os proprietários dos riscos na elaboração e implementação dos planos de ação para mitigação dos riscos;
- Auxiliar as demais áreas no (re)desenho de seus processos, de acordo com o plano de ação definidos em conjunto;
- Auxiliar os proprietários dos riscos no reporte do andamento da implementação dos planos de ação para a função de Gestão de Riscos; e
- Estabelecer controles de forma a assegurar a efetividade da Matriz de Riscos.

Proprietários dos riscos

- Identificar, avaliar, tratar e monitorar os riscos relacionados, de forma a cumprir os objetivos estratégicos e em observância ao perfil de risco da Companhia;
- Elaborar, sugerir e implementar os planos de ação e/ou de contingência para a mitigação dos riscos (com envolvimento de outras áreas, se necessário);
- Elaborar as fichas de riscos e atualizá-las periodicamente e sempre que necessário;
- Atuar no aprimoramento contínuo do ambiente de controles internos da Companhia;
- Disseminar a cultura de gestão de riscos e controles internos para os demais integrantes de sua área;
- Comunicar tempestivamente a função de riscos ao identificar novos riscos ou alterações em riscos atuais;
- Implementar os planos de ação definidos em conjunto com as funções de Gestão de Riscos e Controles Internos a partir de cada risco identificado;
- Definir indicadores de risco (KRIs) para monitorar a variação e os resultados dos riscos corporativos sob sua responsabilidade;
- Efetuar reportes periódicos à função de riscos sobre o acompanhamento do risco sob sua responsabilidade; e
- Efetuar reportes à Diretoria Executiva, Comitê de Ética e Compliance, e/ou Conselho de Administração quando demandado.

Função de Auditoria Interna

- Atuar no aprimoramento contínuo do ambiente de controles internos da Companhia;
- Avaliar de forma independente e objetiva o processo de gestão de riscos da Companhia;
- Avaliar de forma independente, objetiva e contínua os controles internos estabelecidos para os riscos priorizados e/ou com exposição superior ao apetite ao risco da Companhia;
- Estabelecer um plano de auditoria para avaliação dos processos internos da Companhia conforme seu grau de exposição ao risco; e
- Avaliar a efetividade dos planos de ação implementados.

c) A adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que sua atual estrutura operacional contempla mecanismos e procedimentos adequados para o gerenciamento dos principais riscos aos quais está exposta.

5.1.2. Gerenciamento de riscos de mercado

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada, cuja proposta foi apreciada pelo Comitê de Auditoria Estatutário e aprovada pelo Conselho de Administração em 14 de fevereiro de 2022.

Em relação aos riscos identificados e mapeados aos quais a Companhia possa estar exposta e que possam afetar a sua estratégia, objetivos e operação, a dimensão financeira foi categorizada para avaliar e mitigar o risco de perdas resultantes de flutuações de mercado que impactem a

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

apreciação dos ativos, bem como os riscos relacionados à capacidade de crédito dos clientes, das fontes pagadoras e da própria liquidez da Companhia para com suas obrigações financeiras.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo: (i) os riscos para os quais se busca proteção; (ii) os instrumentos utilizados para proteção; (iii) a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos;

A Companhia está exposta a riscos de mercado próprios às suas atividades na indústria de óleo e gás, incluindo a oscilação dos preços de petróleo e seus derivados, condições de mercado (níveis de oferta e demanda) e política regulatória para a indústria na qual atua, riscos ambientais, taxas de câmbio (e políticas de controle cambial), taxas de juros e inflação, riscos de crédito e de liquidez, condições macroeconômicas verificadas no Brasil e nos demais países do mundo, além da política econômica desenvolvida pelo Governo Federal. Além disso, visando a redução de riscos não inerentes às suas atividades, a Companhia não poderá ser sócia, acionista ou quotista em atividades não previstas no seu Estatuto Social.

Anteriormente à reforma do Estatuto Social, a Companhia havia realizado aplicações especulativas nos anos de 2017 e 2018, mas, em todos os casos, expondo menos de 3% do seu caixa e equivalentes para limitar exposição ao risco.

Em relação ao risco de crédito e de liquidez, a Companhia busca minimizar tais riscos com aplicações financeiras, em sua maioria, com liquidez diária, em bancos de primeira linha, levando-se em consideração as notações das principais agências de risco e respeitando limites prudenciais de concentração visando garantir que o plano de negócios não sofrerá interferências e a Companhia não terá perdas financeiras.

Em relação ao risco inerente ao preço de petróleo especificamente, a Companhia realiza acompanhamento constante do mercado e, quando necessário, contrata operações com derivativos para neutralizar os efeitos da volatilidade dos preços dessas *commodities* para as vendas dos meses subsequentes.

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022, foram realizadas operações de *hedge* dentre *offtakes* mas nenhum destes contratos estava vigente em 31 de dezembro de 2022.

A contratação de derivativos em 2022 teve como objetivo oferecer cobertura (*hedge*) contra o risco de volatilidade dos preços do petróleo para as vendas de 2022.

A Companhia tem como prática o gerenciamento contínuo dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das operações de forma adversa. Adicionalmente, a Diretoria Financeira da Companhia apresenta periodicamente a posição de caixa e dívidas para os membros do Conselho de Administração.

(c) a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que a estrutura operacional e os controles internos adotados são adequados para verificação da efetividade da gestão de riscos de mercado.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 - Descrição dos controles internos

(a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia possui um conjunto de controles internos capaz de assegurar a confiabilidade da informação contábil e financeira, bem como garantir a precisão e transparência das demonstrações contábeis para fins externos, observando a conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos.

Os principais objetivos dos controles internos são: (i) manutenção de registros que, em detalhe razoável, de forma rigorosa e justa, registram transações e disposições dos ativos da Companhia; (ii) assegurar a integridade das transações registradas conforme necessário para permitir a preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e que as receitas e despesas da Companhia estão sendo reconhecidas adequadamente; e (iii) o fornecimento de uma garantia razoável relativa à prevenção ou detecção e impedimento de alienação não autorizada, de ativos da Companhia, que poderia ter um efeito significativo em suas demonstrações contábeis.

A Companhia mantém contínuas diretrizes de fortalecimento e aprimoramento do seu ambiente de controles internos e governança corporativa, adotando adequadas estruturas de gestão e boas práticas de mercado. A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para a elaboração de suas demonstrações financeiras é adequado para o desenvolvimento de suas atividades e suficiente para assegurar que estas representem adequadamente sua posição patrimonial e financeira, bem como os resultados de suas operações. A área de Controles Internos é responsável por manter as matrizes de riscos e controles internos atualizadas.

(b) As estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia possui uma estrutura organizacional de normas, procedimentos e controles internos capaz de assegurar a confiabilidade da elaboração de suas demonstrações financeiras. Subordinada à Diretoria Financeira, a Companhia dispõe de uma área de Controles Internos responsável por implementar e manter a estrutura adequada de processos identificados como relevantes. O resultado da avaliação e eficácia do ambiente de controles internos é compartilhado com os gestores responsáveis pelos processos por meio de matrizes de riscos, as quais contêm um resumo das não conformidades por ventura identificadas e as respectivas recomendações de melhoria e aprimoramento.

Não obstante a existência de uma área específica de Controles Internos, toda a matriz organizacional está envolvida em promover o cumprimento das normas e procedimentos.

A Companhia também possui um Comitê de Ética e Compliance, que é órgão responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão das atividades de Compliance da Companhia. Cabe ao Comitê, no exercício de suas atribuições, agir conforme os valores da Companhia, leis pertinentes e de acordo com as regras estabelecidas no Código de Ética e Conduta e suas políticas complementares, garantir um ambiente de negócios íntegro e a preservação do ativo reputacional da Companhia. A atuação do órgão é puramente consultiva, de modo que lhe cabe sugerir ou opinar acerca de questões pertinentes a serem avaliadas oportunamente pelo Conselho de Administração da Companhia.

(c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Como parte do processo de avaliação do ambiente de controles internos, a Administração promove a revisão de todos os controles com a participação efetiva de todas as Gerências

5.2 Descrição dos controles internos

envolvidas nos processos, e realiza testes de validação visando a busca pela efetividade dos controles.

No nível de transações, as atividades de controles internos são implementadas, monitoradas e avaliadas de acordo com a classificação dos controles e materialidade, a fim de mitigar riscos e impactos nas demonstrações financeiras. A área de Controles Internos, que faz parte da Diretoria Financeira, é responsável por supervisionar a eficiência dos controles internos da Companhia.

(d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente;

Em conexão com o processo de auditoria das demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os auditores independentes apresentaram relatório com recomendações para o aprimoramento dos controles internos, onde foi identificada uma deficiência de controle interno devido a Companhia não possuir política formalizada de realização de inventário físico, procedimento necessário para identificação de divergências entre a quantidade física e a apontada na contabilidade.

(e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas.

A formalização da política está sendo concluída e será publicada ainda no primeiro semestre de 2023. O procedimento de movimentação de materiais existe e está sendo cumprido, inclusive com inventários periódicos pelo time de logística.

5.3 Programa de integridade

5.3 - Programa de integridade

a) Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A evolução normativa, o aperfeiçoamento das atividades dos organismos de controle e fiscalização e os últimos escândalos noticiados pelas mídias nacionais e internacionais, bem como a mudança no comportamento de clientes, empregados e candidatos a vagas de emprego, investidores e parceiros de negócios/comerciais, cada vez mais atentos à atuação das empresas, demonstram a importância da criação e manutenção de uma cultura de integridade e *Compliance*, como instrumento para (i) a atração e retenção de recursos e mão de obra qualificada, (ii) a preservação das relações de negócios e da boa reputação, (iii) o resguardo das estratégias corporativas e garantia da perenidade da Companhia.

Atenta às mudanças do mercado e às obrigações normativas, e no intuito de preservar os interesses de seus acionistas e demais partes relacionadas, a Companhia, reconhecendo a importância do contínuo aprimoramento das suas políticas e controles, bem como dos esforços permanentes voltados ao desenvolvimento moral de seus colaboradores, resolveu formalizar seu Programa de Compliance em 2018, com a contratação de especialista de controles internos e *Compliance* em setembro de 2018 e de consultoria especializada em outubro do mesmo ano ("Programa"). O Programa abrange toda a organização, empregados, terceiros e parceiros de negócios e observa, além das leis nacionais e internacionais às quais está submetida, os códigos de boas práticas da indústria de óleo & gás, as normas de boa governança corporativa e as expectativas dos acionistas, partes relacionadas e da comunidade.

A concepção do Programa levou em conta questões internas e externas à Companhia e que podem afetar os seus objetivos e a estratégia da Companhia.

Os seguintes fatores foram considerados:

- a) tamanho, estrutura e delegação de autoridade para tomada de decisão da organização;
- b) localizações e setores nos quais a organização opera ou antecipa a operação;
- c) natureza, escala e complexidade das operações e atividades da organização;
- d) modelo de negócio da organização;
- e) entidades sobre as quais a organização tenha controle e entidades que exerçam controle sobre a organização;
- f) parceiros de negócio da organização;
- g) natureza e extensão das interações com agentes públicos; e
- h) obrigações e deveres estatutários, regulatórios, contratuais e profissionais aplicáveis.

O Programa tem como objetivo prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, e orientar a tomada de decisão pelos executivos, garantindo o respeito aos interesses dos acionistas e demais partes interessadas.

Tendo em vista que o Programa é um organismo dinâmico, mutável e fluido, por refletir e acompanhar as mudanças nos negócios da Companhia, o planejamento não é permanente/invariável, podendo, portanto, sofrer ajustes durante sua execução.

5.3 Programa de integridade

Diante das iniciativas do Programa, o Conselho de Administração aprovou, por unanimidade e sem ressalvas em março, agosto e dezembro de 2019:

- O novo Código de Ética e Conduta;
- A Política Anticorrupção;
- A Política de Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo;
- A Política de Divulgação de Informações Relevantes, Preservação de Sigilo e Negociação de Valores Mobiliários da Companhia (Atualização);
- A constituição do Comitê de Ética e Compliance e seu respectivo Regimento Interno;
- A implementação do Canal de Integridade que possibilite o recebimento de denúncias internas e externas, relativas ao descumprimento do código de ética e conduta, políticas, legislação e regulamentação aplicáveis à Companhia; e
- A Política de Transações com Partes Relacionadas.

Em fevereiro de 2021:

- A constituição do Comitê de Indicação e seu respectivo Regimento Interno;
- A constituição do Comitê de Auditoria Estatutário e seu respectivo Regimento Interno; e
- A Política de Indicação.

E em fevereiro e março de 2022:

- A Política de Gerenciamento de Riscos;
- A Política de Remuneração dos Administradores; e
- A Criação da área de Auditoria Interna.

A Companhia está comprometida com o cumprimento de todo o conteúdo da Lei 12.846 de 1º de agosto de 2013, regulamentada pelo Decreto 11.129 de 11 de julho de 2022, e suas alterações posteriores ("Lei Anticorrupção") e de todas as leis e regulamentações aplicáveis e em vigor relacionadas ao combate de práticas de suborno, corrupção, lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. A Companhia estabelece a exigência de que todos os seus administradores, colaboradores e prestadores de serviço, conduzam todas as suas atividades, com integridade e nos mais elevados padrões éticos. Em dezembro de 2022, a Companhia renovou a sua adesão ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção do Instituto Ethos. Mais informações podem ser acessadas no site: <https://www.prio3.com.br/governanca#compromisso>.

O Código de Ética e Conduta e as Políticas acima mencionadas se aplicam a todos os conselheiros, diretores, colaboradores, terceiros, e a todas as pessoas que trabalham direta ou indiretamente para a Companhia, suas subsidiárias, empresas sob controle comum, consorciadas, parceiros de negócios e comerciais, e tem como objetivo esclarecer as obrigações éticas e legais da Companhia, promovendo relações saudáveis no âmbito interno e externo.

As diretrizes estabelecidas no Código de Ética e Conduta e suas políticas complementares, bem como as normativas da Lei Anticorrupção, lei norte-americana contra práticas corruptas no exterior (FCPA), Lei Luxemburguesa de Combate à Corrupção de 13 de fevereiro de 2011 e outras leis de combate à corrupção são aplicáveis aos negócios da Companhia. A Companhia veda práticas configuradas como corrupção, suborno, pagamento ou recebimento indevidos, sejam na esfera pública ou privada. Em observância das leis e normas, nacionais e internacionais, relativas aos crimes de lavagem de dinheiro e de financiamento ao terrorismo, a Companhia reforça o compromisso e instrui seus colaboradores e terceiros que atuam em seu nome ou em seu favor à correta identificação do delito, a fim de resguardar os valores da Companhia, sua imagem, interesses dos acionistas e demais partes relacionadas.

(i) principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

5.3 Programa de integridade

Os principais mecanismos e procedimentos de *Compliance* adotados pela Companhia são: (i) definição de diretrizes e regras claras para orientar todos os colaboradores por meio do Programa, do Código de Ética e Conduta e demais políticas complementares e práticas mencionadas acima, de forma a disseminar os princípios éticos que norteiam a Companhia; (ii) oferecimento de treinamentos gerais a todos os colaboradores e específicos aos colaboradores de áreas e cargos mais suscetíveis ao risco mapeado; (iii) adoção e acompanhamento de indicadores de monitoramento de riscos; (iv) detecção e interrupção de irregularidades por meio da institucionalização de canais de denúncias e de meios de reporte de preocupações ("Canal de Integridade"); (v) monitoramento e revalidação contínua dos riscos aos quais a Companhia está exposta, incluindo o risco de conformidade, que, por sua vez, inclui o risco de corrupção, com periodicidade, ao menos, anual; (vi) revisão, ao menos, anual, de suas políticas, práticas e procedimentos internos; (vii) trabalhos de conscientização e divulgação da importância e finalidade dos mecanismos de *Compliance*; e (viii) processo de *due diligence* de seus clientes (KYC) e fornecedores (KYS), elemento primordial e indispensável na luta e prevenção ao crime de lavagem de dinheiro e anticorrupção com o objetivo de avaliar os potenciais riscos de intenções ilegais para o relacionamento comercial.

(ii) a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Companhia possui um Comitê de Ética e Compliance, que é órgão responsável pelo planejamento, coordenação e supervisão de todas as atividades de *Compliance*. Cabe a este Comitê, no exercício de suas atribuições, agir conforme os valores da Companhia, leis pertinentes e de acordo com as regras definidas no Código de Ética e Conduta e suas políticas complementares, garantindo um ambiente de negócios íntegro e a preservação do ativo reputacional da Companhia. A atuação do órgão é puramente consultiva, de modo que lhe cabe sugerir ou opinar acerca de questões pertinentes a serem avaliadas oportunamente pelo Conselho de Administração da Companhia.

Além disso, a Diretoria da Companhia é responsável por garantir a aplicação do Código de Ética e Conduta e suas políticas complementares, e por propor ao Conselho de Administração o seu aperfeiçoamento e atualização, sempre que necessário.

(iii) código de ética ou de conduta

• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Ética e Conduta se aplica a todos os conselheiros, diretores, colaboradores, terceiros, e a todas as pessoas que trabalham direta ou indiretamente para a Companhia, suas subsidiárias, empresas sob controle comum, consorciadas, parceiros de negócios e comerciais, e tem como objetivo esclarecer as obrigações éticas e legais da Companhia, promovendo relações saudáveis no âmbito interno e externo.

• as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

As infrações das regras previstas no Código de Ética e Conduta poderão resultar nas seguintes ações disciplinares para os colaboradores da Companhia: (i) advertência; (ii) suspensão; e (iii) rescisão do contrato de trabalho. De forma adicional à advertência ou suspensão, conforme mencionado acima, o colaborador poderá ser demandado a participar de treinamento de reciclagem.

5.3 Programa de integridade

Além disso, em relação a terceiros, como parceiros de negócios/comerciais, as violações às diretrizes previstas no Código de Ética e Conduta poderão ensejar: (i) notificação de infração aos termos contratuais e/ou legais; (ii) suspensão do contrato; e (iii) denúncia do contrato e bloqueio do parceiro nos cadastros da Companhia. Aqueles sujeitos às penalidades acima ainda poderão responder civil e criminalmente por suas ações ou omissões, quando identificada infração às leis, dano irreparável à Companhia, seus acionistas, clientes ou parceiros de negócios/comerciais.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

A última versão do Código de Conduta foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 11 de março de 2019 e está disponível em seu *website* (ri.prio3.com.br), no *website* da CVM (www.cvm.gov.br) e no *website* da B3 (www.b3.com.br).

b) Se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

(i) se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;

A Companhia possui um canal exclusivo e seguro para relato de condutas consideradas antiéticas ou que violem os princípios do seu Código de Ética e Conduta. Todas as informações são recebidas por uma empresa independente e especializada de modo a preservar a confidencialidade das informações relatadas.

(ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;

A Companhia dispõe do Canal de Integridade, seu canal de denúncias, o qual está disponível para acesso pelo site <https://sistema.kadimaoutsourcing.com/integridade/Prio>.

O Canal de Integridade é destinado aos colaboradores da Companhia e também está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros.

(iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé;

As informações registradas no Canal de Integridade são tratadas como confidenciais, sendo preservada, dentro de limites razoáveis, a identidade do denunciante, exceto nos casos em que a Companhia seja legalmente obrigada a informar às autoridades governamentais.

A Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra aquele que, de boa-fé, informar fato ou suspeita de conduta ilegal, violações contra as normas do Código Ética e Conduta e suas políticas complementares, ou que colaborar nos processos de apuração de possíveis fraudes.

(iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.

O órgão responsável pela apuração das denúncias e definição das sanções é o Comitê de Ética e Compliance.

c) Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas:

Nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não houve casos de desvios, fraudes, irregularidades, atos ilícitos contra a administração pública.

5.3 Programa de integridade

d) Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido”

Não aplicável, tendo em vista que, conforme acima descrito, a Companhia adota regras, políticas, procedimentos ou práticas para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

5.4 Alterações significativas

5.4 - Alterações significativas

No último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta. A Diretoria da Companhia não identifica qualquer cenário de aumento ou redução de sua exposição relevante de tais riscos.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 - Outras informações relevantes

Não existem outras informações relevantes a este item que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.